



PUC RIO

MARIA IZABEL OLIVEIRA MARTINS DE BARROS

O PROCESSO DE SEPARAÇÃO - INDIVIDUAÇÃO
NA ORIENTAÇÃO DE MÃES

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, julho de 1977

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea
CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil
<http://www.puc-rio.br>

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

O PROCESSO DE SEPARAÇÃO - INDIVIDUAÇÃO"
NA ORIENTAÇÃO DE MÃES

por

Maria Izabel Oliveira Martins de Barros

*Tese submetida como requisito parcial para
a obtenção do grau de*

MESTRE EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Maria Helena Gomes Maia
Assinatura do Orientador da Tese

Rio de Janeiro, julho de 1977

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

- Ao Dr. Eustachio Portela Nunes Filho o meu profundo reconhecimento.
- À Terezinha Lins de Albuquerque pelo muito que tenho aprendido em sua convivência.
- À Maria Helena Novaes Mira, supervisora deste trabalho, que com tanta dedicação orientou a execução da presente tarefa.
- Ao Sr. Eduardo Sauerbronn de Souza que com sua compreensão possibilitou a realização deste trabalho.
- Ao Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, bem como ao seu Diretor Aroldo Rodrigues, os meus mais sinceros agradecimentos.



BC 3/571

150
B&77 PA
TEST. VC

MCH

SUMÁRIO

Este trabalho baseia-se no processo de separação mãe e filho, e na decorrente capacidade de individuação da criança. Vê-se uma aplicação deste processo no trabalho de orientação de mães.

A dissertação desenrola-se no sentido de, pela evidente importância da mãe no desenvolvimento emocional da criança, mostrar que o processo de separação muitas vezes é vivido como doloroso e que, por isto mesmo, a dependência da criança pode ser alimentada pela própria mãe, que também teme sentir uma perda.

Verifica-se ainda que a atuação da mãe quando educa seu filho está, muitas vezes, dependente da imagem de figura materna que teve. É como se a mãe repetisse o modelo de relação que teve na infância com sua figura materna, não conseguindo separar o que a ela pertence em termos de sentimentos e expectativas, do que pertence a sua mãe. Assim, analogamente, sentirá dificuldades em separar o que é seu e o que é do filho.

É proposto então que uma das funções da orientação de mães, seja a de que a mãe possa fazer uma melhor distinção do que pertence a cada um.

Além dessa função, chama-se a atenção do psicólogo que atua no trabalho de orientação, para o fato de que é através da relação estabelecida com a mãe-cliente e dos aspectos por ambos examinados, que ela pode escolher a sua própria maneira de atuar junto ao filho. Em outras palavras que através da vivência de um novo tipo de relação com o psicólogo, a mãe pode encontrar uma maior independência, confiança e autenticidade no seu relacionamento com o filho.

S U M M A R Y

This is a study on the separation process of mother and child, from which results the capacity of the child's individuation. The objective is to apply such process to the task of mother's guidance.

This whole study tries to show, because of the importance of the mother in the emotional development of the child, it is often painful the separation process; so, the mother herself extends her child's dependence, to avoid a loss she fears.

On the either hand, the mother's way of bringing up her child is frequently influenced by the maternal model she had. She nearly repeats the relationship developed between her mother and herself in her childhood. Everything is then so mixed up that she hardly knows which feelings belong indeed to her and which are her mother's. In consequence, it will also be very difficult to her a real knowledge of her own feelings and her child's.

So, this study intends, before anything else, as the most important thing to mother's orientation (guidance), the search and fixing of each one real feelings. And then the guiding psychologist's attention has to be called to the fact that, from the examination of this side of the problem, the mother can have the choice of her behaviour towards her child. That is to say, a new kind of relationship between the psychologist and the mother may give her a larger independence, trust and authenticity towards her child.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO MÃE E FILHO NO DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL DA CRIANÇA.....	4
CAPÍTULO II - PERTURBAÇÕES NO PROCESSO DE SEPARAÇÃO NA RELAÇÃO MÃE E FILHO.....	16
- ANSIEDADE DE SEPARAÇÃO.....	19
- PRIVAÇÃO PARCIAL.....	27
- PRIVAÇÃO TOTAL.....	30
- SEPARAÇÃO-INDIVIDUAÇÃO.....	35
CAPÍTULO III - ATUAÇÃO DA MÃE INFLUENCIADA PELO SEU "MODELO DE FIGURA MATERNA".....	45
CAPÍTULO IV - COMENTÁRIOS SOBRE O PROCESSO DE "SEPARAÇÃO-INDIVIDUAÇÃO" NA ORIENTAÇÃO DE MÃES.....	59
CONCLUSÃO	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
BIBLIOGRAFIA	89

INTRODUÇÃO

A relação mãe e filho constitui um vasto campo onde muitos aspectos têm grande influência não só no desenvolvimento emocional da criança, mas também na maior ou menor satisfação da mãe em desempenhar o seu papel.

Na verdade um estudo completo sobre todos esses aspectos seria impraticável, além de provavelmente correr o risco de ser tratado com superficialidade.

A influência vai desde como a mãe se sente em relação ao marido, a sua realização pessoal, até o relacionamento com o filho propriamente dito. Do momento que se estabelece esta relação, uma série de sentimentos são colocados e levados para ela em termos de expectativas, necessidades e frustrações.

Não raro esses sentimentos são comunicados aos filhos, ainda que inconscientemente, e, muitas vezes dificultam a relação. Isto porque, com frequência, estes sentimentos não são percebidos como atuando ativamente e só são constatadas as consequências deles, estabelecendo-se quase que um círculo vicioso entre causas não conscientizadas e resultados observáveis.

É fato que tais dificuldades são encontradas em toda relação, entretanto, neste trabalho interessará especialmente, o processo de separação inerente a este tipo de relacionamento.

Outro aspecto que notadamente influencia esta relação é o da imagem de figura materna que a mãe traz dentro de si como modelo formado pela vivência de relação com a sua mãe na infância.

É proposto neste estudo que não são este aspecto, bem como o da separação, seja visto, e muito em função do trabalho de orientação e acompanhamento de mães, estando seus filhos ou não em psicoterapia concomitantemente.

A escolha deste tema deve-se ao fato de que no trabalho diário de consultório é frequentemente encontrado não são perturbações no processo de separação, bem como um modelo de figura materna trazido da infância da mãe, ao qual ela se apega se seja por uma atuação idêntica, seja pela escolha de outra extremamente oposta.

Este trabalho tem, pois, por objetivo:

- I - Estudar o processo de separação, visando a possibilidade de uma crescente e gradual capacidade de individuação.
- II - Verificar que tipo de atuação pode, a dependência do modelo de figura materna trazido da infância da mãe, acarretar nela.
- III - Aplicar os objetivos anteriores ao trabalho de orientação de mães.

Assim, esta dissertação procura:

I - Partindo da evidente necessidade da relação mãe e filho, estudar o processo de separação e reações que podem ser acarretadas em função de tal processo.

II - Através de referências teóricas e observações na prática, verificar a influência que a dependência do modelo de figura materna da mãe pode ter no relacionamento com o filho.

III - Propor que a medida que a mãe consegue separar quais são os seus sentimentos, quais os de sua mãe e quais os de seu filho, com maior facilidade a relação efetuar-se-á. Além disso procurar mostrar que a mesma linha de atuação que se espera dela no relacionamento

mento com o filho, deve estar a atuação do psicólogo na orientação com a mãe-cliente.

O trabalho divide-se nas seguintes partes principais:

- Capítulo I - apresenta sucintamente determinadas formulações teóricas, que serão utilizadas no decorrer da dissertação, no sentido de comprovar a importância e necessidade da figura materna no desenvolvimento emocional da criança.

- Capítulo II - focaliza o conceito de ansiedade de separação, primordialmente segundo Bowlby, além de ver quais as implicações e consequências de uma privação parcial e total da figura materna no desenvolvimento emocional da criança. São ainda focalizadas as fases iniciais da relação mãe e filho na direção do processo de separação, de suma importância na formação da capacidade da criança tornar-se indivíduo.

- Capítulo III - procura-se ver de que modo a atuação da mãe com relação ao filho pode estar sob influência do seu modelo de figura materna que ela teve na infância. Fala-se de como as expectativas e ansiedades dela, muito em função de seus fracassos e sucessos, podem ser projetadas sobre a criança.

- Capítulo IV - ressalta, através da utilização de estudo de casos, como é necessária a separação de sentimentos da mãe dos do filho, a fim de que o processo de independentização e crescimento da criança se concretize. Faz-se uma comparação do mesmo processo com o que deve ser utilizado pelo psicólogo quando do trabalho de orientação de mães.

A última parte, finalmente, expõe as conclusões, considerações e certas posições da autora quanto à necessidade de tais aspectos serem melhor elaborados e reformulados através da vivência de um novo tipo de relação estabelecido entre o psicólogo e a mãe em atendimento.

CAPÍTULO I

IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO MÃE E FILHO
NÓ DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL DA CRIANÇA

Neste capítulo procurar-se-á abordar alguns aspectos fundamentais da relação mãe e filho segundo o ponto de vista de Winnicott, Melanie Klein e René Spitz. Uma vez delimitados esses aspectos mais facilmente serão deduzidos os prejuízos acarretados por sérias perturbações nessa relação, sobretudo, o da separação seja ela precoce, provisória ou permanente.

Sabe-se que a figura materna tem importância por uma série de fatores que permitem ao bebê desenvolver e manifestar suas potencialidades.

Para Winnicott (1947) a história de um bebê começa do momento que nasce, e desde aí precisa de uma pessoa que cuide dele e que o conheça.

Aqui faz-se um esclarecimento de que quando se fala em mãe pode-se referir também à figura materna substituta, e esta corresponde àquela mulher que assumiu para si a responsabilidade de criar e cuidar do bebê como se fosse a própria mãe dele. Não se irá considerar figura materna substituta a pessoa que eventualmente cuida do bebê por poucos dias, ou ocasionalmente em função de um afastamento da mãe por um pequeno período de tempo. Assim sendo as enfermeiras dos hospitais que abrigam crianças abandonadas e que se revezam constantemente não são consideradas como atendendo às características exigidas para uma figura materna substituta, tanto assim que a própria criança sofre uma série de perturbações, conforme será visto no próximo capítulo.

Winnicott vê a figura da mãe sendo necessária por razões como:

- tornar possível a formação de um ambiente psicológico desejável, além de cuidado físico, sendo imprescindível para tal que a mãe exista como pessoa viva que é.

Muitas vezes o amor se manifesta através do cuidado físico, e, por isto, no princípio da vida, este cuidado está tão vinculado ao fator psicológico. Assim, o cuidado que é percebido pelo bebê como satisfatório, gratifica não só suas necessidades físicas, mas também as psicológicas. Para que isto seja atendido é indispensável que o bebê tenha uma mãe ou pelo menos uma pessoa que a substitua realmente.

- é a mãe quem apresenta o mundo ao bebê; pouco a pouco ele vai aprendendo a realidade externa através dos contatos, cuidados e atividades que a mãe exerce com ele. Na alimentação, por exemplo, o bebê pode crer que o seio que lhe é dado formou-se como fruto de sua necessidade de alimento.

Esta tarefa é considerada por Winnicott como muito importante na vida da criança porque atende a dois tipos de relação: a instintiva, na qual existe uma excitação da antecipação e que seria a experiência da mamada em si, e a provedora de segurança não só física como do imprevisível. Acredita que a mãe que pode dar o seio a seu filho encontra uma experiência muito mais rica para si mesma, e o bebê, através do ato de mamar uma maior facilidade para a formação das relações iniciais entre dois seres.

Não é só a relação instintiva que tem importância, mas a relação total com a mãe. O bebê tem fantasias agressivas ligadas à alimentação e, à medida que pode verificar a sobrevivência da mãe apesar de seus ataques imaginários a ela, vai aprendendo a separá-los, gradualmente, da realidade.

Contudo, esta atividade pode ficar prejudicada por variações normais do apetite da criança, que se vê obrigada a mamar quando não está com fome ou a esperar (na sua fantasia indefinidamente) por uma mamadeira ou seio que não vem. Outras vezes a amamentação fica perturbada pelas próprias ansiedades da mãe, que pode achar que seu filho deve mamar sempre, ou que deveria ter um horário, ou que não precisaria ser tão voraz (infelizmente o horário é, na maioria das vezes, estabelecido em função única das expectativas e exigências da mãe, e não da necessidade interna da criança).

- é a mãe quem terá a tarefa de desiludir o bebê ; até agora ele desejava e conseguia; outras vezes o desejado não chegava e era onipotentemente odiado. Agora o bebê vai aprendendo que o que ele deseja poderá vir em outro momento; que a mãe tem outras atividades que a impedem de uma dedicação exclusiva e integral, mas que não o abandonou por isso.

O bebê começa a ter uma pequena independência podendo aceitar uma realidade mais tolerável e deixando a posição anterior, ou seja a de que o ambiente é que deve adaptar-se a ele.

Uma das etapas na vida do bebê, onde é mais característico o aspecto da desilusão, no qual a mãe tem um papel assegurado, é o do desmame.

Seja o desmame iniciado pela própria criança, seja por desejos da mãe, é importante que ocorra lenta e cuidadosamente, e nunca de modo brusco, pois sem dúvida teria consequências futuras na alimentação, como o não aceitar novos alimentos, sobretudo, os sólidos. O desmame do seio, segundo Melanie Klein, costuma ocorrer pelo oitavo mes, podendo então, pouco a pouco, cada mamada ser substituída por uma mamadeira. Ao mesmo tempo vai se aproveitando a oportunidade para introdução de novos alimentos e, logo que a criança se habitue a eles, a mamadeira também já vai sendo subs

tituída.

Papel fundamental é o da mãe neste período de desilusão a ser revelado através da paciência e cuidado em não se deixar ansiosa.

Nesta tarefa das exigências da realidade passarem a fazer parte da vida da criança, é importante que seja providenciada uma nova satisfação para poder ir substituindo a antiga, ou seja uma mais adequada às novas aquisições dela.

Winnicott¹ (1949) comenta que outra preocupação no processo de desilusão seria a de que, com relação ao desmame, não se apresente ao bebê nesta mesma época outra modificação importante em sua vida como mudança de casa, ou viagem. "O desmame é uma experiência que permite o bebê crescer, sempre e quando se propor - na um marco estável para essa experiência".

Em seu trabalho sobre o Objeto Transicional, Winnicott (1953) coloca que há necessidade de uma boa mãe que permita a passagem do princípio do prazer para o da realidade. Considera que a boa mãe é a que se adapta ativamente às necessidades do bebê e que depois vai gradualmente diminuindo esta adaptação à medida que a capacidade de lidar com as frustrações vai aumentando.

O cuidado de uma criança está a cargo da devoção da mãe e não de sua capacidade intelectual ou nível cultural.

A mãe ao se adaptar às necessidades do filho vai dando a ilusão de que existe uma realidade externa que corresponde à própria capacidade de criação da criança. Sabe-se entretanto, que parte do intercâmbio é devido à imaginação da criança e parte ao mundo externo. No ato de mamar, por exemplo, ela apreende o seio que psicologicamente faz parte dela e a mãe dá o leite que pertence a si mesma.

A tarefa de desilusão (no caso o desmame) é preliminar e continua pela vida a fora. A aceitação da realidade não é nunca completa e nenhum ser humano está livre da pressão de relacionar realidade interna e externa, e o alívio de tal pressão é fornecido por uma área intermediária que na infância é necessária para o início da relação criança e mundo. O lidar com essa área é possibilitado pela mãe.

Exatamente por tudo isso Winnicott² fala sobre o Objeto Transicional que seria "a área intermediária de experiência entre o polegar e o ursinho de pelúcia, entre o erotismo oral e a verdadeira relação objetal, entre a atividade criativa primária e a projeção do que já foi introjetado, entre o não conhecimento primário de gratidão e o reconhecimento de gratidão".

Assim, na passagem do mundo subjetivo para o objetivamente percebido, o objeto transicional (uma fralda, um bichinho de pelúcia) seria extremamente afeiçoado pelo bebê, e ao mesmo tempo que não faz mais parte do corpo deste, também não é inteiramente reconhecido como pertencendo à realidade externa. Tem ainda esse objeto a função de defesa contra a ansiedade, especialmente a do tipo depressivo.

Enfim, no processo de desilusão é fundamental testar a realidade enquanto o bebê ainda não tem a capacidade de reconhecer e aceitá-la, pois ele procura algo em que se apoiar nesta fase de transição.

Para Melanie Klein a importância do vínculo mãe e filho está no fato de que esse é o primeiro laço afetivo do bebê e que trará sérias consequências ulteriores.

A medida que a mãe pode gratificar seu bebê está transmitindo a ele uma sensação de segurança, importante componente da satisfação de receber amor. Por isso a relação com a mãe representa papel duradouro, pois foi ela quem primeiro satisfaz todas as necessidades de auto-preservação e de desejos sexuais.

Para o bebê ela é inicialmente só um objeto que satisfaz todos os seus desejos, é o seio bom que o gratifica e alimenta. Quando se sente frustrado pelo seio, ataca-o em sua fantasia desejando mordê-lo, destruí-lo, bem como a sua possuidora. Digno de ser ressaltado é que ele acredita que suas fantasias são reais, ou seja, que quando seus impulsos destrutivos aparecem é porque o correrá a destruição do objeto odiado, o que vai deixando a criança extremamente perseguida e ameaçada.

Pouco a pouco o bebê percebe que seu objeto ideal (seio bom) e impulsos libidinais são mais fortes do que o objeto mau (seio mau) e os impulsos destrutivos. Vai se identificando com suas partes boas e se sentindo mais íntegro e com um ego mais capacitado para defender-se. Exatamente por isto ele vai podendo reconhecer a mãe não mais como seio, mãos e rosto, mas como pessoa inteira com a qual ele estabelece uma relação mais estável, sabendo que a mãe, às vezes, pode ser boa, às vezes, má, ausente ou presente, amada ou odiada.

Passa a reconhecer aos poucos que a mãe tem vida e relações próprias com outras pessoas.

Uma experiência característica dessa fase, chamada depressiva, é a culpa que resulta da sensação de ter perdido o objeto através da própria destrutividade. O bebê é ambivalente com a mãe e por isso sofre muito quando acredita que a destruiu.

O conflito depressivo é uma luta constante entre a destrutividade da criança, seu amor e impulsos reparadores. Cada vez que a reparação não é possível de ser realizada, a criança entra em desespero. É esta reparação que vai permitir a resolução das angústias depressivas e a recuperação dos objetos bons, internos e externos.

Quando após uma ausência, a mãe reaparece diante da criança, gradualmente esta vai acreditando que seus impulsos destrutivos não são tão poderosos, sentindo-se novamente como fruto de

atenção é carinho por parte dela.

Deduz-se, como diz Winnicott, que a presença da mãe viva ao lado da criança é algo imprescindível, pois é através de experiências de relacionamento entre uma e outra, que a criança se torna mais íntegra, conseguindo pois lidar com a mãe como pessoa inteira. Como consequência o bebê compreenderá seus impulsos amorosos e destrutivos e os limites destes.

Inicialmente, em termos de fantasias, o desamparo e desintegração que o bebê sente quando da ausência da mãe, como que se alastra em seu interior a ponto de que passa a ficar extremamente perseguido e incapacitado objetivamente de reparar o dano que acredita ter causado a ela. Mais adiante neste trabalho poder-se-á ver como um afastamento passa a atingir ao próprio desenvolvimento da criança e, conforme a total impossibilidade de reparação, poderia levar até à morte (Depressão Anaclítica e Privação Total).

É observado ainda que a ausência da mãe é muito sentida após o terceiro mês de vida, mas a intensidade da separação é mais sofrida após o sexto mês, portanto, quando a criança já começa a lidar com a mãe como pessoa inteira. Acredita-se, pois, que antes desta fase depressiva a falta da figura materna não seja tão sentida como depois que já foi atingido um nível de relacionamento mais integrado com ela.

Um dos aspectos mais importantes para Klein, é que a mãe tenha a capacidade de se identificar com o filho de modo amoroso e simpático, com cuidado de que esta identificação não seja em dose excessiva para que possa ajudá-lo sensatamente.

Melanie Klein coloca que isto só é possível se a mãe fizer uma dupla identificação: uma com seu filho e outra com a imagem de mãe sensata que tem em sua mente.

A mãe pode nas várias etapas de desenvolvimento da criança, permanecer firme em seu amor, paciente, compreensiva, proporcionando ajuda quando necessário, mas com a preocupação de permitir que seu filho elabore seus próprios problemas, sem exigências muito grandes em troca.

Klein³ (1936) transcreve uma citação sua em *Developments in Psycho-Analysis*, em que diz: "o fato de uma boa relação com a mãe e com o mundo exterior ajuda ao bebê a superar suas primeiras ansiedades paranóides, lança luz sobre a importância das primeiras experiências". Klein⁴ fala ainda que "o amor e compreensão da mãe podem ser consideradas como o maior aliado que tem a criança para superar estados de desintegração e angústias de natureza psicótica".

Spitz (1958) enfatiza que tanto a mãe como o filho são aspectos interdependentes de uma totalidade global, que, portanto, não podem ser vistos isoladamente. Para ele a mãe através de sua presença e existência constitui grande estímulo para as respostas da criança. Tal estimulação não é provocada intencionalmente, e mesmo as ações mais insignificantes e até com objetivo diferente daquele percebido pelo filho possuem valor de estímulo.

Nos primeiros meses as experiências do bebê limitam-se ao afeto, isto porque o sistema sensorial, a discriminação e a percepção não tiveram ainda um desenvolvimento do ponto de vista psicológico. Assim, é a atitude afetiva da mãe que serve de orientação ao bebê.

Para Spitz⁵ essa "diada", conforme prefere chamar a relação mãe e filho (utilizando um termo de Simmel), está até certo ponto isolada do resto do mundo, mas sua vida interna é bastante fortalecida por laços afetivos poderosos.

Determinados fatores influenciam, formam e dirigem a personalidade da criança e a este processo ele chamou de "molde",

procurando defini-lo não como um processo unilateral, mas como uma série de interações onde a mãe representa o fator sociedade e o bebê fator congênito, ou ainda a mãe com sua individualidade formada, interagindo com o filho com sua individualidade em formação.

Nesta relação o bebê vai percebendo as atitudes, os desejos conscientes e inconscientes da mãe através da percepção do que ela, de uma forma ou de outra, comunica.

Este sistema de comunicação entre eles pressupõe o mútuo intercâmbio e processos afetivos que começam desde o nascimento e que abrem caminho para as relações objetais que permitem o relacionamento com os outros e as coisas do mundo.

No desenvolvimento afetivo não são os afetos de prazer os únicos importantes, mas também os de desprazer e privar a criança de tais afetos é tão prejudicial como privá-la de satisfações e gratificações.

A ressaltar tem-se a "angústia dos oito meses" em que Spitz⁶ procura relatar as reações da criança desta idade, que já não aceita bem a presença de um estranho. Uma pessoa desconhecida, e sobretudo por não ser a mãe, é recusada pela criança das mais variadas formas, como baixar os olhos, chorar ou gritar, esconder-se no canto do berço tapando o rosto.

A ausência da mãe traria nesta faixa etária medo de ter perdido a pessoa com quem estabeleceu relações objetais. Esta é a primeira manifestação de angústia propriamente dita em sua opinião de Spitz. Para Spitz⁷ do "ponto de vista de perda de objeto, o período de oito a dezoito meses é o mais vulnerável e crítico na vida da criança", pois é a fase de um maior estabelecimento de integração do ego.

Determinadas condições, em sua opinião, são necessárias

ã integração do ego:

- um clima de segurança que s̄o o objeto da libido, no caso a mãe, pode garanti-lo;

- no clima afetivo de segurança, ap̄os a constituiç̄o do ego, haverã interação dos processos ps̄iquicos como os mecanismos de defesa;

- possibilidade de descarregar tanto os impulsos libidinais quanto os agressivos, o que ẽ feito atravẽs do intercâmbio de afetos e ações com a mãe.

Spitz fala da importância do contato da pele com o bebẽ, pois ẽ atravẽs deste contato que ele pode descarregar sua energia acumulada, seus impulsos agressivos, ou sentir o carinho e afetos dos que cuidam dele. Relata que quando a criança não pode soltar estes impulsos, por falta de relaçaõ objetal estãvel com a mãe, descarregarã a agressão sobre si mesma.

Pelo que vem sendo dito, verifica-se a fundamental importância da figura materna, sobretudo nos primórdios da vida, para o estabelecimento não s̄o de desenvolvimento emocional desejãvel, bem como de uma base para as futuras relaçaões sociais.

Winnicott⁸ [1958] em um de seus artigos afirma que o "sinal marcante de maturidade do desenvolvimento emocional ẽ a capacidade da pessoa se sentir sozinho".

Paradoxalmente a base para esta capacidade ẽ a de ter se sentido sozinho, quando criança, na presença de alguẽm, ou seja o bebẽ poder desfrutar da sensação de estar s̄o embora com a mãe presente.

Esta capacidade depende da existência de um objeto bom na realidade psíquica do sujeito. Assim, a relação do indivíduo com seus objetos internos, permite a sensação de vida que temporariamente persiste mesmo na ausência dos objetos externos. Implica que o sujeito tenha tido uma relação com a figura materna suficientemente boa, a ponto de que possa acreditar em um ambiente externo bom.

A experiência de se sentir sô em presença da mãe pode acontecer em tenra idade e, apesar da imaturidade do ego, a criança tem no ego da mãe um suporte.

No curso do desenvolvimento a criança introjeta o ego suporte da mãe e, desta forma, se torna capaz de ficar sô sem necessitar da presença dela ou de um símbolo seu.

É somente quando a criança está sozinha (ou seja em presença de alguém) que ela descobre sua própria vida pessoal, pois caso contrário estará construindo uma vida falsa em termos de reações a padrões externos.

Assim, conforme Winnicott estabelece, a capacidade de estar sozinho é baseada na experiência de ter estado sô na presença de alguém, e sem ter experimentado uma relação deste tipo, tal capacidade não se desenvolverá.

Desta forma como uma boa e imprescindível base para futuras relações sociais conforme opinião de Bowlby (1954), Freud (1905), Spitz (1958) e Anna Freud (1965), a relação mãe e filho permite as futuras escolhas de convivência na sociedade de modo mais adaptado.

Como foi visto, até para que a pessoa possa sentir-se sô, como sinal de amadurecimento emocional, é preciso que seu embasamento esteja num saudável relacionamento mãe e filho.

CAPÍTULO II

PERTURBAÇÕES NO PROCESSO DE SEPARAÇÃO
NA RELAÇÃO MÃE E FILHO

Muito tem sido dito até agora a respeito da relação mãe-filho, sua importância e aspectos fundamentais presentes nesse relacionamento. É importante porque considera-se em definitivo a influência desta relação nas relações sociais futuras e em todo o desenvolvimento emocional do ser humano. É essencial para a saúde mental do bebê, o calor, a intimidade e a relação constante da mãe (ou da substituta), desde que tal relação possa trazer satisfações tanto a um quanto a outro. Quando esta relação está assegurada, ansiedades e culpas, características das perturbações mentais, manifestar-se-ão moderadamente.

René Spitz procura definir a relação normal entre mãe e filho como sendo aquela que traz prazer tanto à mãe quanto ao filho e mostra como cada um dos componentes desta "díada" tira diferente tipo de prazer de tal relacionamento. Observa que a mãe tira satisfações de suas relações com os filhos pela natureza dos componentes de sua própria personalidade e das transformações sofridas até o momento do nascimento da criança; que seria uma satisfação do seu id, ego e super-ego. Que ela estaria sujeita não só às condições externas como também à bagagem congênita de seu filho.

Já as satisfações tiradas pela criança estão muito relacionadas inicialmente às satisfações que lhe deêm segurança, que saciém suas necessidades e diminuem suas tensões. A medida que o ego infantil vai sendo formado e desenvolvido, uma gama diferente de satisfações vai sendo exigida e conseguida.

Desta forma através das relações objetivas cada um atrai as respostas do outro e vai havendo interação completa de forças atuantes entre mãe e filho.

Nem sempre, entretanto, estas relações desenvolvem-se de modo tão harmônico, tão satisfatório e completo. Muitas vezes agressividade reprimida, hostilidade super compensada, afetos inconsistentes, por parte da mãe, podem prejudicar consideravelmente estas relações e com conseqüências futuras nocivas para a vida emocional do bebê.

Estas relações perturbadas e carentes entre mãe e filho serão abordadas neste capítulo e, naturalmente, com a preocupação de eliminar-se o estudo dos fatores congênitos do bebê.

Bowlby⁹ em seus estudos procura frisar os malefícios da ausência de uma relação mãe-filho, chamando a este estado de "Privação Materna". Assim por privação materna pode compreender-se tanto as situações em que mãe apesar de viver no mesmo local que o filho, não tem condições emocionais, para propiciar os cuidados necessários, bem como aquelas situações em que um total contato é privado do bebê.

A privação parcial provoca ansiedade aguda, poderosos sentimentos de vingança, com culpa e depressão como conseqüências. Tudo isto como altamente prejudicial ao desenvolvimento, sobretudo quando a organização interna física e psicológica da criança é ainda tão imatura.

A privação total pode ter como conseqüência uma total invalidação da capacidade de adaptação social. Esta privação seria a decorrente da perda de sua mãe por morte, enfermidade ou o abandono total, ficando muitas vezes a cargo de instituições encarregadas de crianças nesta situação.

Antes de descrição mais detalhada sobre os dois tipos de privação, parcial e total, seria importante algumas considerações a respeito da Ansiedade de Separação estudada por Bowlby (1960).

- ANSIEDADE DE SEPARAÇÃO -

Os analistas são unânimes em reconhecer que a ansiedade não pode simplesmente ser explicada pela ameaça externa, uma vez que, em muitos casos, ficaria mais a cargo de forças internas e instintivas.

No caso a ansiedade de separação e seu melhor entendimento dependeria do que os analistas concebem como sendo ansiedade (o que varia em função da concepção de cada um, ou dos fundamentos teóricos defendidos por cada escola) e qual a sua origem.

Como exemplos de divergências de pensamento, Bowlby alude que para Herrmann e Fairbairn, ansiedade de separação seria a ansiedade primária mais importante; para Melanie Klein é a considerada secundária e de menor consequência do que outras ansiedades mais primitivas, qual sejam a persecutória e a depressiva; para Freud seria a transformação da libido, que não pôde ser descarregada e por isto torna-se ansiedade, sendo que no caso a falta de descarga foi provocada pela ausência da mãe; outros como Rank e seus seguidores preferem considerá-la como reedição do trauma do nascimento.

O próprio Bowlby¹⁰ se coloca numa outra posição juntamente com James, Suttie e Herrmann propondo uma teoria da "Ansiedade Primária" como sendo devida a um rompimento na aproximação com a mãe. Assim, ele crê que a criança é restrita à mãe por uma série de sistemas de respostas instintuais, sendo que cada uma delas é primária e, juntas, têm o valor de perpetuar a espécie.

Procura fazer uma distinção entre ansiedade primária e ansiedade decorrente de uma previsão do que pode ocorrer, ou seja antecipatória. Com relação a primeira, procura que é a resultante de um sistema instintual de respostas de aproximação, que foi ativado mas não terminado pela presença da figura, seletivamente, escolhida para receber o comportamento de aproximação, no caso a mãe. Melhor dizendo a resposta instintual pode ser terminada pela ação ou presença da mãe e não terminada por sua ausência. Postula ainda que a Ansiedade Primária, que é a ansiedade de separação, não é aprendida e é baseada biologicamente.

Nos seres humanos é distinguível pelo menos duas formas de comportamento antecipatório: o baseado num condicionamento e o baseado na memorização organizada de símbolos. Quanto ao primeiro a criança pode através de situações que lhe foram desagradáveis como dor, fome ou perda de contato humano experimentar a ansiedade condicionada quando voltar a passar por tais situações. Quanto à segunda forma, a de por memorização de símbolos, Bowlby¹¹ diz que "a criança após desenvolver sua capacidade para usar símbolos, e de construir um mundo de objetos existindo em tempo e espaço e interagindo causalmente, é capaz de desenvolver em alguma medida certa previsão correta". As situações seriam antecipadas por uma ansiedade já experimentada anteriormente em oportunidade desagradável. A esta ele chamou de "Ansiedade de Expectativa"¹².

Bowlby procura basear a teoria das respostas instintivas na dos etologistas que acreditam que o ser humano tem um repertório de padrões comportamentais que é específico da espécie, justamente mantido por causa da sobrevivência desta. Assim todos os seres humanos teriam um mesmo repertório de respostas e comportamentos que seriam manifestados à medida que fossem solicitados. O padrão comportamental seria comandado por dois mecanismos complexos: um de ativação e outro de terminação. Assim, quando o sistema é ativado, e é possível alcançar sua terminação,

a ação é acompanhada por um estado emocional peculiar à resposta. Quando a resposta não alcança sua terminação experimenta-se tensão e ansiedade.

A ansiedade primária, e uma manifestação de ansiedade de nível moderado, aconteceria quando um sistema instintual de respostas, após ser ativado, tivesse impossibilitada, por qualquer motivo, sua terminação. As outras três condições para a ansiedade seriam: medo, ansiedade condicionada e ansiedade de expectativa.

Quanto ao medo tem-se pelo menos duas formas de comportamento que são específicas da espécie humana, quais sejam: o escape e o congelar, e que são respostas automáticas. O indivíduo, no entanto, foge ou permanece imóvel simplesmente porque esta é uma resposta sua característica frente a situações de perigo, e não porque tenha consciência do que o ameaça.

Muitas vezes o sujeito não foge "de" situações, mas foge "para" situações determinadas e particulares, que foram apreendidas como as que terminam o escape. Não é qualquer situação que termina a fuga, mas uma muito especial, por exemplo a mãe e não uma certa mulher qualquer. Se por acaso esta situação ou pessoa que termina o escape não estiver presente, a criança se sente perdendo seu ponto de referência externo.

Até o momento pode-se ver que tanto respostas de Ansiedade Primária, como de medo, são automáticas, ativadas por condições internas e externas condições aprendidas ou não, sendo que a primeira aparece quando o comportamento de aproximação é impedido e a segunda quando a ativação da resposta de escape não pode ser terminada. Tanto uma quanto outra são acompanhamentos subjetivos: resposta instintual ativada e não terminada tem como acompanhamento a Ansiedade Primária, já o medo só acompanha o escape ou congelamento.

Depois de um certo estágio de desenvolvimento, no qual algum grau de previsão é possível, a criança é capaz de prever o perigo de uma situação e ter comportamento para evitá-la. O estudo subjetivo e emocional que acompanha este comportamento de evitação, é a Ansiedade de Expectativa.

Bowlby cita como duas explicações para o termo ansiedade de tanto para a primária como para a expectativa, primeiro pelo que o Freud comenta, que a ansiedade denota algo de incerteza, e segundo porque ele, Bowlby, acredita que os dois tipos de ansiedades são importantes na gênese de ansiedade neurótica. Procura através de observações em animais de pouca idade, que se vêm impedidos de manter seu contato com a figura materna, constatar que mostram também sinais de ansiedade tal como as crianças em situações semelhantes.

Por volta da segunda metade do primeiro ano, os bebês se tornam mais exigentes da companhia da mãe. Frequentemente, quando ela se afasta da criança, esta fica transtornada e procura acompanhá-la com os olhos. E aqui Bowlby postula que estas reações são acompanhadas inicialmente pela ansiedade primária. Mais tarde então a ansiedade condicionada e de expectativa passam a aparecer como resultado de aprendizagem. Considera, entre tanto, que é grande a dificuldade de estabelecer quando o bebê passa a ter capacidade para previsão de situações desagradáveis. Verifica ainda que não é só a ansiedade causada por não poder aproximar-se da mãe, mas também o medo por falta desta. Segundo estudo de Robertson, a que Bowlby alude em sua explanação, muitas vezes a reação é de "congelar", ou melhor, uma imobilidade como que pretendendo passar desapercibida por todo estranho que a aborde. Esta imobilidade inclui um não falar, não responder a ninguém, a não ser com a mãe, que no momento não está presente.

Pode ser visto então que as respostas instintuais procuram dirigir-se a um indivíduo particular e não a qualquer ou-

tro similar. Assim, não é qualquer situação, objeto ou pessoa que aliviará a criança de sua ansiedade e medo, mas sempre um particular e especial, que ela elegeu e se acostumou a ele.

A criança, segundo Bowlby,¹³ no "primeiro ano de vida desenvolve uma clara preferência pela pessoa que cuida dela e que é chamada de mãe. Esta preferência permanece mesmo no caso em que o bebê inclui outras pessoas como suas possíveis opções no caso da mãe faltar". (Bowlby - 1960).

Por isto é capaz de desenvolver sentimentos profundos para com a pessoa, objeto e situação que termina a resposta instintual de cada um.

Assim, vai se verificando que se existe comportamento de aproximação para uma pessoa, seletivamente escolhida como a que termina a ansiedade e o medo, por outro lado existirá sempre a ansiedade de separação, quando esta pessoa estiver ausente. Bowlby se preocupa com a possível existência de fase muito inicial em que o bebê não esteja inclinado à ansiedade de separação, porque não teria aprendido ainda que aquela de quem depende é sua mãe. Acredita que, como até os seis meses a criança ainda não tem muito desenvolvida a capacidade de manifestar ansiedade de separação por perda de sua mãe, isto não impede que possa manifestar algum tipo de ansiedade. A criança ainda não teria muita capacidade de diferenciar um objeto de amor, apesar de que a resposta instintual de aproximação já exista. Assim, em bora o succionar e o chorar não termine a situação por si, já permite que a ansiedade primária já seja experimentada. A criança já sabe preferir o seio, a mamadeira e quando perde sente-se mal. Aos poucos o bebê vai aumentando o seu número de objetos em grau de preferência e satisfação, geralmente entre os dezoito meses e os três anos, em parte por seu próprio processo

maturacional e por outra por aprendizagem em função de suas experiências vividas.

Bowlby procura, demonstrar que a ansiedade de separação, como corolário do comportamento de aproximação, faz parte do desenvolvimento normal de toda criança. Posiciona-se ainda acreditando que, a falta da ansiedade de separação é sinal de um desenvolvimento emocional prejudicado e, por conseguinte, um dado patológico nos sentimentos infantis. Quanto se a ansiedade de separação é patológica ou não baseia sua crença no fato de que aproximação e escape estão (justamente pela dificuldade inicial de locomoção e de falta de controle da personalidade necessários constantemente prontos para serem ativados, mas sua terminação dependeria da ação da figura materna. Quando este comportamento é ativado na criança obedece a um alto grau de intensidade evocando não só a ansiedade primária como o medo. Já o succionar não é tão intensamente ativado, obedece a intervalos mais ou menos regulares, e sua terminação é mais fácil de ser providenciada por uma mamadeira ou chupar o dedo, que traz um certo grau de conforto.

Acredita também que dois importantes fatores prontamente se associam à impossibilidade de terminar o estado de ansiedade e medo. Um seria o grau de hostilidade evocado quando o impedimento acontece, e o outro é o de que o período (primeiro ano de vida) em que a ativação é maior quando o controle para regular os conflitos está fracamente estabelecido. No primeiro caso a hostilidade é dirigida ao próprio objeto que poderia ajudar ao bebê. Separação da mãe, rejeição da sua parte ou dedicação desta a outras pessoas que a cercam, fazem emergir uma certa dose de agressividade na criança. No segundo caso, a ansiedade primária que emerge de uma separação, evoca defesas muito primitivas (como o desinteresse e isolamento) e este processo defensivo

pode criar padrões patogênicos de grande significado para o desenvolvimento posterior.

Uma citação de Freud dos "Três Ensaio", está no estudo de Bowlby¹⁴ (1960), e permite a crença de que a ansiedade neurótica tem muito a ver com a de separação e ainda mais: "uma das mais claras indicações de que a criança mais tarde tornar-se-á neurótica é observar sua insaciável exigência de afeição dos pais". A idéia de Freud é a de que a criança seria "estragada", pelo excesso de gratificação libidinal, e que por isto exigiria mais, e quando não gratificada, sentir-se-ia perdendo mais.

Bowlby¹⁵ não aceita integralmente este pensamento e prefere adotar o de que: "o excesso de ansiedade de separação pode ser devido tanto a uma experiência atual de separação, a uma ameaça de separação, rejeição ou perda de amor". Defende ainda a idéia de que o "aumento da ansiedade de separação não seria por um excesso de afeto por parte dos pais, mas pela hostilidade e rejeição inconscientes, que permanece subentendida ameaçando a criança de perder o amor de seus pais, e muitas vezes esta ameaça é usada para fazer com que a criança continue ligada a eles". "Crianças que receberam uma grande dose de afeto genuíno" continua Bowlby, "parecem ser aquelas que na vida futura desfrutam de um maior grau de segurança".

Desta forma qualquer ameaça de rejeição ou perda de amor aumenta também na criança o grau de hostilidade, enquanto que isto vai fazendo com que sua agressividade faça crescer a expectativa de que irá perder o objeto amado. É um círculo vicioso em que a rejeição inconsciente da mãe é super compensada por sua afeição; a grande necessidade de ligação e aproximação da criança para com a mãe é também apoiada em forte agressividade, também inconsciente, e por isto sua expectativa de ser irre

mediavelmente abandonada vai aumentando. Uma das maneiras desta ansiedade ser exarcebada é quando muitas mães, erroneamente, para conseguir algo de seu filho, ou mesmo para castigá-lo, começam a ameaçá-lo constantemente de que irá ser esquecido ou abandonado por ela.

Pode ser observado que a ansiedade de separação por si só não é patológica, mas sobretudo necessária e normal num processo de amor e carinho, onde naturalmente corre-se o risco de perder aquele quem se ama. Acontece, entretanto, que sob determinadas condições ela pode alcançar um grau patogênico. Essas condições, resumidamente, seriam:

- a criança que seria privada por algum tempo do contato da mãe, convivendo com estranhos, mostraria enorme necessidade de ligar-se novamente àquela, com receio de que a qualquer momento a experiência se repetisse;

- a ameaça de que os pais se separem ou se afastem dela como castigo;

- sentimentos da mãe mesclados com rejeição e hostilidade inconscientes, percebidos pelo bebê;

- e, finalmente, um acontecimento atual, como a morte ou doença de um dos pais, pelo qual a criança começa a se sentir responsável, culpada e conseqüentemente pouco amada.

Verifica-se que o comportamento de ligação ou de aproximação quando impedido de ser terminado gera ansiedade. E quando deste impedimento ou seja, quando a figura materna está por longo tempo ausente ou pouco disponível, a criança passa por três fases, que de certo modo estão incluídas nos casos de privação parcial e total, que serão em seguida estudados. As fases são: protesto, desespero e afastamento ou desinteresse, e com facilidade serão identificadas nos estudos que aqui se seguem.

- PRIVAÇÃO PARCIAL -

Por Depressão Anaclítica René Spitz denominou uma síndrome mais ou menos delimitada em crianças e que seria desencadeada após uma separação de sua figura materna de pelo menos três meses, na segunda metade do primeiro ano de vida. Observou que as crianças que vinham tendo seu desenvolvimento normal, de um momento para outro perdiam peso, sofriam de insônia, passavam a ser chorosas, a expressão de seu rosto adquiria um aspecto rígido, face imóvel e seu contato com aqueles que a cercavam, antes fácil, de repente tornava-se algo inatingível, como que se recusando a tomar parte na vida à sua volta. Se às pessoas em torno de si, insistiam num contato, choravam e até gritavam.

Evidentemente que nem todas as crianças separadas por um tempo de sua mãe apresentavam exatamente todas as características, mas estas estavam geralmente incluídas nas citadas por Spitz¹⁶:

- "- apreensão, tristeza, choro;
- perda de contato, rejeição e isolamento do meio ambiente;
- retardo no desenvolvimento e na reação ao estímulo, movimentos vagarosos, estupor;
- perda de apetite, recusa a alimentar-se, perda de peso;
- insônia."

A estes sintomas deveria ser ainda acrescentado uma expressão fisionômica correspondente àquelas encontradas em adultos com depressão.

Spitz procurou verificar se determinados fatores como

sexo, raça, idade cronológica e nível intelectual e desenvolvimento mental influíam no aparecimento desta síndrome e concluiu que:

- os fatores sexo e raça não demonstravam influência na incidência da síndrome;

- que a síndrome parecia ser independente de idade cronológica, embora dentro de uma faixa limite que ia de seis a doze meses;

- dentro de limites razoáveis, tanto nível de inteligência como de desenvolvimento não desempenham papel significante na formação desta síndrome.

Como etiologia da síndrome colocou um fator comum a todos os casos, qual seja o de que a mãe esteve ausente entre o 6º e 8º meses durante um período de três meses, no qual a criança não a viu absolutamente e, no melhor dos casos, só a via uma vez por semana. De quatro a três semanas após o desaparecimento da mãe a síndrome se desenvolvia, embora em alguns casos não chegasse a aparecer; Spitz concluiu que a separação da mãe é necessária, mas não suficiente para o estabelecimento da depressão anaclítica. Ele basicamente atribuiu o surgimento desta síndrome à perda de objeto de amor, no caso a mãe. Comenta que mesmo os adultos que sofrem uma perda podem, apesar do seu ego estruturado, regredirem a um ponto de fixação anterior do seu desenvolvimento. Já com as crianças que não têm o ego totalmente formado, o que ocorre é uma parada no desenvolvimento dele, causando uma paralisia destrutiva do ego (dependendo da duração e gravidade do trauma).

Ainda em *Anaclitic Depression*, Spitz faz uma diferenciação entre o que seja a angústia dos oito meses e a síndrome

aquí em questão. A primeira costuma aparecer entre o 6º e 8º me-
ses e significa que, como a criança já distingue uma pessoa co-
nhecida de um estranho, se alguém que ela não conhece aparecer po-
derá reagir com características como: baixar os olhos timídamen-
te, chorar ou gritar, esconder-se sob as cobertas, tampar o ros-
to. Conforme visto no Capítulo I, estas reações são considera-
das a primeira manifestação de angústia propriamente dita. A di-
ferença básica entre esta angústia e a depressão anaclítica é
que nesta última muitas vezes precisa-se mais de uma hora para
conseguir algum contato com a criança, e na angústia dos oito me-
ses leva-se, através de um comportamento apropriado, de um a dez
minutos. Portanto, é uma diferença mais quantitativa. Mesmo as-
sím, apesar de prestar atenção na pessoa, a criança com depres-
são anaclítica, depois de muito tempo, brinca sem alegria, sem
animação e com retardo nas suas manifestações.

O que toma um caráter surpreendente é a rapidez com
que esta mesma criança que estava afastada da mãe, se recupera
dentro de um período de 12 horas depois que a figura materna vol-
ta para ela. A criança subitamente torna-se amigável, alegre,
seu desinteresse, afastamento, tristeza e rejeição do mundo desa-
parece rapidamente. O seu quociente de desenvolvimento aumenta
consideravelmente também nesta faixa de tempo.

O que costuma ser fruto de estudo e discussão é se uma
crise como esta, num momento tão prematuro no desenvolvimento do
bebê, deixaria ou não traços na sua personalidade. Tanto Spitz
como K. Wolff, sua assistente, observaram que duas semanas de-
pois da volta da mãe, o desenvolvimento sofria nova queda, embo-
ra nunca chegando a igualar-se à baixa averiguada durante o pe-
ríodo da depressão. Parece que alguma fixação no curso do desen-
volvimento se estabelece, porém o próprio Spitz não coloca esta
afirmação como definitiva, mas muito mais em termos de dúvida.

Como medidas terapêuticas ter-e-ia:

- profilaxia - evitar que no primeiro ano de vida a criança se ja privada de seus objetos de amor por longo pe ríodo.
- restituição - deve ser feita dentro de um período máximo de três meses para que um perigo maior possa ser parcialmente evitado.
- substituição - é aconselhável, se nada anteriormente pôde ser feito, a substituição do objeto de amor, que se for para um substituto não agressivo, provavelmente a síndrome não chegue a estabelecer-se.

- PRIVAÇÃO TOTAL -

Bowlby estudou o comportamento e reações de crianças submetidas a privações do amor materno em diversas idades. O quadro de uma criança de dois ou três anos, por exemplo, é bastante dramático, pois além de não aceitar o afastamento da mãe, não aceita sua substituição permanecendo inconsolavelmente angustiada durante dias e até semanas. Nega-se a receber alimento, consolo, não dorme, a não ser que o cansaço se apodere dela. Mais tarde mantém-se em apatia ou mostra regressão de conduta, como mutismo, tocar órgãos genitais, urinar na cama. (conveniente relembrar as etapas do afastamento inseridas neste capítulo na Ansiedade de Separação descrita por Bowlby: protesto, desespero e isolamento). Pode-se verificar, entretanto, que outras crianças não têm esta mesma reação, ou seja, umas aceitam melhor a separação e outras ainda pior. Foi observado que crianças de tenra idade até 3 anos de idade reagem muitíssimo mal, não tanto quanto as anteriores; e as de 5 até 8 anos, apesar de menos vulneráveis à separação, algumas ainda sentem dificuldades sérias em adaptar-se a nova situação, sobretudo se foi repentinamente causada.

Diante disto surge a dúvida do porque algumas reagem mal e outras não. O que propicia uma pior aceitação da situação por algumas crianças da faixa de 5 a 8 anos?

A explicação estaria no fato de que provavelmente estas crianças não chegaram a ter boas relações com sua mãe e por isso sentiam-se constantemente ameaçadas por fantasias de serem abandonadas, além de inquietas e desconfiadas com relação ao amor materno. Frequentemente associavam a separação a seus maus comportamentos e ansiedades anteriores. Em compensação as crianças desta idade que puderam gozar de uma relação estável e feliz com a mãe, até o surgimento da separação, sofrem apenas a separação e não as ansiedades, culpas e dificuldades ligadas a vida emotiva perturbada com a mãe.

Assim as prolongadas interrupções das relações mãe-filho durante os três primeiros anos deixavam características em sua personalidade como: emocionalmente inibidas e isoladas, sociabilidade extremamente difícil com outras crianças e com adultos e além disso, parecem não se importar se são ou não estimadas.

Parece ser fundamental para melhor entendimento de fatos a capacidade de abstração, o pensar por meio de símbolos e tendência para planejar num futuro, que entre outras funções tem a de poder dominar com maior facilidade desejos e necessidades que antes não podiam ser contidas. Estas qualidades fazem parte do ego, que tem inúmeras funções como a de graduar em termos prioritários do tempo as necessidades a serem atendidas. Para ajudar nesta tarefa e no cumprimento de uma série de outras, conta-se com o super ego. E em tenra infância nem o ego, nem o super ego foram convenientemente formados e quem funciona como tal, no início é a mãe. Daí a importância fundamental do relacionamento satisfatório com a figura materna, para o bom desenvolvimento emocional da criança.

Na opinião de Bowlby a criança passa por períodos como:

- 1º) Estabelece relação com uma pessoa identificada e total -- a mãe -- por volta dos cinco e seis meses;
- 2º) até os três anos necessita dela como companheira;
- 3º) começa a ser capaz de estar em relação com a mãe, mesmo que esta não esteja presente, sendo que até os cinco anos isto acontece por semanas e, até os sete anos ela já consegue manter viva a imagem da mãe por quase um ano.

A medida que cada uma dessas fases pode ter seu curso satisfatório a criança vai se tornando capaz de sobreviver, sem a necessidade inadiável de ter sua mãe fisicamente presente. Assim sendo, se a mãe atua como ego e super ego do filho nos primórdios da vida, fácil então deduzir porque a privação materna impede que a criança desenvolva a sua capacidade abstrata diretamente ligada ao ego. Justamente porque não teve a relação com a mãe como aprendizagem base não consegue sequer ter uma atuação equilibrada no que diz respeito ao atendimento de suas necessidades e ordenamentos de conduta nos problemas de espaço e tempo.

Muitas vezes a privação atua antes que a primeira etapa tenha sido convenientemente superada, sem um sentido de continuidade, que é muito importante na formação do ego.

Outras vezes a privação pode surgir quando a criança já passa da primeira e está entrando na segunda, quando precisa muito da mãe para que esta a ajude a dominar o meio. Mesmo que já tenha conseguido uma série de habilidades, uma situação de carência afetiva destas pode determinar a perda do já adquirido, não

permitindo que atue de forma madura.

A privação na terceira fase não tem os mesmos efeitos que nas anteriores, mas pode surgir desejos de carinho muito intensos e excesso de vingança, o que além de provocar comportamentos sociais desfavoráveis, suscita uma série de conflitos.

Um dos aspectos mais contundentes na vida da criança é a sua dificuldade de situar-se no tempo, não conseguindo suportar um pequeno espaço de tempo sem a presença da mãe, que pode ser vivido por ela como uma privação *ad infinitum*. Quase sempre estas privações estão acompanhadas na mente da criança por fantasias de castigo, o que só lhe dá uma incapacidade para estabelecer novas relações, ou por receio de voltar a perdê-las, ou porque ainda está presa a ressentimentos ligados à sua verdadeira mãe. Não aceita por isto mais ninguém, porque a criança acredita que só a mãe poderá ajudá-la.

Spitz fez um dedicado estudo sobre a privação total no primeiro ano de vida. Verificou que ao contrário da depressão anaclítica, para qual é preciso que as relações anteriores com a mãe tenham sido boas, na privação total qualquer que tenha sido o tipo de relação da mãe com o bebê, o afastamento definitivo da qual traria sérias consequências ao desenvolvimento deste.

Spitz¹⁷ acredita "que a carência afetiva total conduz a um deterioramento progressivo, em proporção direta com a duração da privação a qual o bebê foi submetido". Do momento em que foram separados da mãe, os bebês passavam rapidamente por um período com características de depressão anaclítica, para logo a seguir serem tomados de uma passividade total em suas camas, com visível retardo motor e com expressão vazia de idiotia.

Depois de algum tempo passavam a ter movimentos desconexados em forma de espasmos característicos dos movimentos catatônicos e dos lesionados cerebrais. Não comiam, tinham insônia constante, ia se debilitando e sua resistência à infecções baixando consideravelmente. Uma alta percentagem dessas crianças morriam depois de atingir o chamado marasmo, e por não ter em quem descarregar os impulsos agressivos, descarregavam sobre si mesmas, a ponto de destruir-se totalmente.

A carência total impede o desenvolvimento das relações objetais e essas crianças se vêm privadas não de um prazer com o outro, chegando mesmo a um ponto de não conseguirem sequer prazer auto-erótico como o de chupar dedo.

Parece indiscutível o prejuízo que uma privação, seja total, seja parcial, possa acarretar ao desenvolvimento da criança. Acredita-se, como alguns postulam, que esse prejuízo está em função da duração e intensidade da carência, da presteza com que alguma medida tenha sido proposta e sobretudo da fase do desenvolvimento em que esta tenha ocorrido. Observa-se que divergências teóricas como: se o maior prejuízo é aquele devido a uma privação no primeiro ano ou no segundo semestre da vida, continuarão existindo muito em função de que cada teoria convencionou uma série de fundamentos e se desenvolve baseando-se neles. Infelizmente está-se ainda num ponto em que as divergências muitas vezes são resolvidas em função da teoria e escola que cada um abraça. Um relacionamento profundo, constante, entre mãe e filho é fundamental e parece que, a não ser quando realmente um certo estágio de desenvolvimento foi alcançado, toda privação da figura materna será prejudicial e que quanto mais cedo ela ocorra maior a probabilidade de danos irreparáveis. Uma perda da mãe é algo profundamente mobilizante em qualquer idade, entretanto, em cada etapa do desenvolvimento as reações podem diferir também em intensidade, a não ser que pontos de fixação cruciais no relacio

namento com ela tenham ficado estabelecidos no curso do desenvolvimento emocional. À medida que a criança cresce, suas defesas e integração vão permitindo que reaja de modo diferente e, se tudo correr bem, mais adequadamente.

Parece que mesmo a depressão anaclítica, por ser numa fase inicial da vida, tem consequências no desenvolvimento do bebê. Certamente não tão intensas quanto numa carência total, mas alguma terá.

- " SEPARAÇÃO - INDIVIDUAÇÃO " -

Toda a importância da relação mãe e filho está entre outras no fato de capacitar a criança para uma necessária e perfeita separação desta mesma relação numa determinada etapa da vida. Melhor dizendo, aquela criança que não teve um satisfatório relacionamento com a mãe pode não conseguir individuar-se o suficiente para continuar seu processo normal de desenvolvimento.

O ser humano é aquele mais despreparado para vida ao nascer. Não pode satisfazer suas necessidades sozinho durante um longo período de tempo. Sua subsistência também no início é impossível sem uma assistência constante e demorada, pois não tem condições de se defender dos perigos internos e externos. Embora seja o mais preparado dos seres é o mais desamparado de todos. O mais preparado porque inclusive tem funções como a inteligência e a linguagem à sua disposição, mas até que estas possam ajudá-lo leva tempo.

A sobrevivência do ser humano só é alcançada se pelo menos boa parte da vida, ele teve alguém que dele cuidasse, permitindo que suas potencialidades pouco a pouco fossem manifestando

e desenvolvendo-se.

Facilmente deduzível pois, quão indispensável é a figura da mãe neste processo de desenvolvimento e, mais tarde, no de separação-individação do bebê.

A incapacidade inicial de sobreviver não é só física, mas também psiquicamente ele não tem como equilibrar-se, como bastar-se se não for através da mãe ou de uma figura que a substi-tua. Ela vai ajudá-lo no atendimento de suas necessidades, nos cuidados físicos de seu corpo e, sobretudo vai servir de referên-cia da realidade, já que o bebê é regido por sua vida interna, não importando as contingências do mundo exterior. E esta figura ma-terna é que vai servir de mediador entre os dois mundos, uma vez que o bebê não tem formado dentro de si um ego que o auxilie nes-ta tarefa.

Assim, uma estreita e fundida relação entre esses dois seres é fundamental no início para o perfeito desenvolvimento do mais desamparado deles. A este respeito temos importante estudo feito por Margaret Mahler (1969), onde tão bem expõe os concei-tos de "Simbiose" e "Separação-Individação", os quais serão bre-vemente expostos aqui.

O termo simbiose, no estudo de Mahler¹⁸ não é usado com conotação biológica, mas sim para "representar um estado de não-diferenciação, de fusão com a mãe, no qual o "EU" ainda não é diferenciado do "Não-EU", e no qual o interior e o exterior são vai sendo gradualmente sentido como diferente".

A criança teria uma união simbiótica com a mãe, num pe-ríodo inicial de sua vida e seria uma fase tanto normal como ne-

cessária para o seu bom desenvolvimento. Nesta dependência fisiológica e psicológica do bebê com a mãe, segundo Mahler¹⁹, não existe ainda uma demarcação entre ele e o mundo dos objetos, e a dupla funciona como se "ele e ela formassem um sistema onipotente (uma unidade dual) dentro de uma área limitada comum".

Antes dos três meses o bebê parece passar por um estado primitivo de desorientação, no qual as satisfações pertenceriam a sua própria órbita autista e onipotente. Aqui ele não isola ou separa qual a atuação da mãe e qual a sua própria na tarefa de redução de tensão. Do ponto de vista dos instintos e da formação da estrutura psíquica, a vida do recém-nascido pode ser descrita através de tentativas para reduzir tensões, e para isso usa dois meios: seu próprio corpo e os cuidados da mãe. O efeito de fenômenos de expulsão como defecar, vomitar e urinar, bem como os de gratificação fornecidos por sua mãe, não são bem distinguidos por ele, podendo, no entanto, fazer diferença entre o agradável e o doloroso. Quando a tensão corporal ou os cuidados da mãe são fonte de dor e desprazer, a criança lida com estímulos nocivos: tenta expeli-los ou eliminá-los. Depois de tempos a criança começa a perceber que a mãe é uma fonte de prazer e desprazer, bem como o seu próprio corpo. Aos maus estímulos vindos do próprio corpo ou de fora, através da mãe, o recém-nascido reage com agressão, mecanismos de expulsão e de alívio. Aos estímulos bons, vindos de dentro ou de fora, o bebê reage com quietude. Nas primeiras semanas de vida da criança é verificado um absoluto narcisismo primário através da falta de consciência da figura da mãe e a esta fase deu-se o nome de "autismo normal"²⁰.

Do terceiro mês em diante, a criança começa a perceber que sua necessidade pode ser satisfeita por um objeto, embora este objeto seja ainda visto como situado dentro da órbita simbiótica, e não diferenciado totalmente de si mesma. Esta fase foi chamada de "simbiótica"²¹, na qual o bebê parece perceber, às ve

zes, uma espécie de Gestalt de uma pequena parte da realidade representada pelo seio, face ou mãos da mãe.

Spitz, a quem Mahler alude em sua obra, diz que o início do relacionamento simbiótico é dado quando a aprendizagem por condicionamento, característica dos dois primeiros meses, é substituída por aprendizagem por experiência, onde o objeto já é percebido como parte da satisfação da necessidade, ou seja o "pré-objeto". Outra de suas idéias é também por Mahler²² aludida, quando fala que a mãe funciona como um "ego auxiliar" para a criança.

Quando o bebê já começa a ser capaz de esperar pela satisfação de sua necessidade, pode-se começar a falar também de um começo de ego e de objeto simbiótico. E isto é possível pelos traços de memória que ele tem do prazer e gratificação dos cuidados da mãe.

Curioso como no auge da fase simbiótica a criança parece testar a realidade externa consultando o rosto da mãe até que, aos poucos, sua atividade perceptual vai sendo transferida do interior para o exterior. É que aos poucos vai aparecendo uma outra fase, e que é de grande importância no estabelecimento da identidade no indivíduo. É a fase de "separação-indivíduoação", de Mahler²³, que "ocorre paralela à maturação e consolidação de funções do ego como: locomoção e começo da linguagem".

M. Khan, cujas idéias encontram-se inseridas no texto de Mahler²⁴, comenta que a função do ego auxiliar desempenhada pela mãe pode ser vista como um "escudo protetor", e muitos dos pacientes esquizofrênicos por regressão tiveram uma distorção nas fases de diferenciação do ego.

Aquela comparação que a criança faz dos objetos externos com a representação parcial que tem da mãe, é uma das sub-fases do processo de separação-individuação que ocorre por volta dos dez aos dezesseis meses, na qual ela vai descobrindo, através do seu ponto de referência, outras coisas além do seu mundo interno.

Na individuação é encontrada uma etapa maturacional, por volta do primeiro ano, que fala muito da separação da figura da mãe, qual seja o começar a andar.

A criança começa a poder se separar e retornar para a mãe e, esta atividade tem grande influência na formação do ego infantil. Seria ela praticar fora, no espaço, aquilo que já pretende tentar dentro de si.

Importante pois, que este começo de separação seja permitido pela mãe no tempo e de forma gradual, para que o iniciante não sinta esta fase como um corte ou uma perda irreparável. Tão bem a mãe pode acolher o bebê na fase simbiótica, tão bem ele conseguirá pouco a pouco ir se separando. Assim, vai conquistando cada etapa desta fase, superando a ansiedade de separação e a sensação de perda que naturalmente surge neste processo.

Por ansiedade de separação Mahler²⁵ não entende exatamente como Bowlby, ou seja de que seria uma reação à separação física de perda de objeto de amor. Ela acredita mais que esta "ansiedade seja devida a uma gradual e inevitável sensação de sinal de perigo da parte da criança durante o processo normal de separação-individuação".

O próprio Bowlby (1960) em seu artigo demonstra que

existem várias correntes para entender a ansiedade de separação e dentre elas está a Teoria do Sinal (termo empregado por Freud) que procura mostrar que a criança na ausência da mãe está sujeita a uma experiência psíquica traumática e, por isto, desenvolve uma espécie de sinal seguro que leva à ansiedade quando a mãe deixa-a.

Mahler²⁶ fala ainda que é comum uma certa confusão no que diz respeito a denominar de ansiedade de separação a todas as "reações de separação" da criança quando a mãe está ausente. Cita o choro daquela diante da ausência da figura materna como sendo uma manifestação de dor, mas que sem dúvidas existem outras respostas afetivas como a raiva e a tristeza.

Conforme se dizia, o superar esta fase de separação está muito influenciado pela maneira como a mãe vivencia o crescimento do filho.

Para algumas é sentido como algo terrível e, geralmente, com a conotação de que o filho não precisa mais dela, ou seja que a está abandonando. Desta forma, ela começa a não mais ajudá-lo, deixando-o como que livre para seguir seu caminho. Neste sentido também a criança perceberá como é tremendamente ameaçador um crescimento, pois corre o risco de cair no desamparo. Naturalmente, isto é transmitido inconscientemente ao filho.

Outros aspectos com relação a esta transmissão inconsciente, serão abordados mais adiante no Capítulo 3.

Cabe aqui, no entanto, um aspecto que ressalta na relação simbiótica, que é uma espécie de seletividade de comunicação por parte da mãe no sentido de, apesar de todas as possibilidades que uma criança tem para indicar, por exemplo, uma tensão, a mãe selecionará e responderá a um tipo somente. A criança então alte-

na seu comportamento em relação a a esta resposta seletiva da mãe, que tem uma necessidade inconsciente de escolher entre todas as potencialidades que o filho tem, aquela eleita por ela. Então para cada mãe cada filho tem um comportamento que reflete as necessidades e expectativas dela.

Assim, a criança vai se ajustando automaticamente às referências que a mãe vai lhe fornecendo.

A fase de separação ocorre durante o segundo ano, sendo que por volta dos dezoito meses é quando se verifica o auge da experiência física de separação através do andar.

Outra sub-fase importante no processo de individuação é a chamada por Mahler,²⁷ "reconciliação", na qual a criança após ter conseguido afastar-se fisicamente da mãe, de modo gradual vai tendo um comportamento de reaproximação. Esta separação está cada vez mais consciente nela por volta da segunda metade do segundo ano de vida. Passa, no entanto, a ter um desejo de compartilhar cada nova aquisição com sua mãe. Curioso que a criança nesta fase não corre para ser abraçada. A aproximação é feita através de gestos, palavras ou por algum objeto. [Aqui pode-se perfeitamente observar que, quando a mãe tem problemas em ver o filho crescer, cada vez mais irá vivenciando a dor de uma separação, sem poder compreender que, justamente porque a criança está crescendo, sua forma de abordagem vai sendo modificada. Assim, a comunicação pré-verbal vai sendo substituída pelas palavras, pela linguagem, ou seja, uma nova forma de aproximação.

Importante ressaltar que na fase de separação individuação, ao mesmo tempo que a criança vai conseguindo um afastamento, tem medo que acabe sendo reengolfada na relação simbiótica novamente. A maneira que a criança encontra para se defender disto

é através de uma fase negativista normal, por volta de dois a três anos. Mahler e outros observaram que quanto menos satisfatória foi a relação simbiótica com a mãe, mais exageradamente apresentar-se-á este negativismo.

Todo esse processo de separação leva a criança a um estágio fundamental em seu desenvolvimento que é a "constância do objeto"²⁸ por volta do terceiro e quarto ano.

Por constância objetual entende-se que a imagem da mãe tornou-se disponível para a criança, da mesma forma que a mãe era disponível, como parte da realidade externa, para a subsistência, conforto e amor. Esta fase prepara o caminho para as relações objetivas e consiste num contraste com o estágio de satisfação de necessidade. Esta constância objetual lembra a capacidade de se sentir sozinho de Winnicott, que também estava baseada numa relação anterior profunda e integrada com a mãe.

A tendência no desenvolvimento é a passagem gradual da etapa de satisfação de necessidade para a de constância de objetos. O perigo aqui sentido é o de perda de amor, enquanto que no estágio anterior (fase simbiótica) é o de perda de objeto.

Na fase de constância objetual existem três aspectos:

- uma confiança básica na disponibilidade interna da imagem da mãe, mesmo na ausência desta, podendo suportar sua falta por algum tempo, lançando mão de um quase símbolo de sua figura;

- a imagem do objeto é bastante aumentada em carga de libido e energia neutralizada, sem um investimento predominantemente agressivo, que provocaria uma regressão à fase simbiótica.

- a defesa de divisão de imagens do objeto em boa e má, não está mais tão disponível ao ego.

Quando um estado psicótico foi estabelecido, não quer dizer que a criança normal passou a um estado de desintegração do ego, exclusivamente porque manteve um relacionamento com uma mãe emocionalmente perturbada. A própria Mahler (1969), conforme idéias de Goldfarb, Goldstein e outros, fala que estas crianças são constitucionalmente vulneráveis ou predispostas ao desenvolvimento de uma psicose. Comenta quão frequentemente é a existência de um defeito constitucional do ego, estimulando um determinado tipo de reação da mãe, que venha reforçar justamente a dificuldade inicial, como que num círculo vicioso.

São encontradas mães com quem um relacionamento da criança facilita o estabelecimento de uma psicose simbiótica. A mãe infantilizadora é uma delas, pois apesar de ter passado a fase da proteção, continua a super proteger o filho, quando isto está longe de ajudá-lo a desenvolver-se. Outro tipo é a mãe super ansiosa, que na fase da separação, resolve cortar bruscamente a dependência existente. De qualquer forma as duas reações são porque a mãe não aguentaria presenciar e compactuar com esta separação, por ser intensamente vivida como perda.

Observações mostram que existe uma espécie de equilíbrio dentro da relação mãe e filho, quando a criança desenvolveu uma psicose. É evidente que este equilíbrio é conseguido com o prejuízo de uma atuação normal da mãe, pois algumas vezes ela tem que ajustar-se tão completamente às sugestões e necessidades da criança, que alguém que esteja observando, não vê a menor separação entre os membros de tão íntima relação. É um equilíbrio que tende a manter estaticamente o estado de psicose na criança.

Goldfarb, Lidz e outros, citados por Mahler,²⁹ falam da "comunicação desemparelhada", que seria aquela na qual a mãe parece não compreender e estar incapacitada para atender às exigências feitas por seu filho em termos de uma relação cada vez mais íntima e dependente. É como se a mãe percebesse qual o desejo da criança, mas precisasse negar por não aguentar cada vez mais uma exigência maior.

Mahler³⁰ acha que o termo ansiedade de separação não deve ser usado para se referir às ansiedades das crianças psicóticas, mas somente ser limitado à fase do desenvolvimento na qual a imagem da mãe tem uma "eficácia intrapsíquica" podendo trazer gratificação e alívio de dor.

Observa que a criança psicótica, principalmente aquela com defesas autistas, quando diante da ausência da mãe, não reage com ansiedade como a criança normal; que o surgimento da ansiedade de separação é mais comum aparecer durante o tratamento, e é indicativo de melhora.

Verifica que a criança com psicose, dada a sua relação simbiótica, quando perde a sua defesa autista, se chega a sentir a ausência da mãe, apresenta muito mais um comportamento destrutivo do que uma ansiedade de separação propriamente dita.

CAPÍTULO III

ATUAÇÃO DA MÃE INFLUENCIADA
PELO SEU "MODELO DE FIGURA MATERNA"

Nos trabalhos e artigos de muitos autores são feitas algumas observações a respeito de como a infância da mãe, e a relação desta com sua figura materna, pode influenciar a maneira da mulher conduzir a educação de seu filho.

Muitas vezes as expectativas relacionadas ao futuro do bebê decorrem dos fracassos ou até sucessos que marcaram a mãe do tipo que incorpora sem maiores resistências o que lhe é praticamente imposto e ela tentará seguir o caminho que esperam que atravesse. Outras não se conformarão e, se tiverem oportunidade, superarão tal domínio e imposição.

Tem-se verificado que nem sempre estas expectativas são manifestadas abertamente e que muitas vezes estão latentes no inconsciente da mãe, que mesmo sem perceber, continua lutando tenazmente para conseguir o idealizado para os filhos e, o que é pior, sem conseguir aceitar de forma livre aquilo que a criança pode oferecer ou deixar florescer em seu desenvolvimento.

Se de princípio esta decorrência pode parecer simples, facilmente detectada e corrigida, na prática as reações maternas são de recusa aos dados que fornecem "feed-back" neste sentido. Provavelmente, porque estas expectativas estão tão arraigadas no seu inconsciente, que a mãe não aceita sua participação no processo.

Neste capítulo procurar-se-á abordar alguns aspectos

da influência da figura materna que a mãe teve na atuação e no relacionamento desta com o filho. A imagem materna que de uma maneira ou de outra influencia a atuação da mãe junto ao filho, denominou-se "modelo de figura materna".

Além disso, também será dada atenção à comunicação inconsciente que é transmitida pela mãe e percebida pelo filho, pelo fato de que enorme importância tem tal comunicação na interação entre os dois.

Apesar de alguns autores citarem algo a respeito da influência das vivências infantis da mãe na educação de seu filho, é fácil notar que poucas vezes encontra-se um estudo detalhado ou pelo menos uma preocupação detida sobre a causa e efeitos de tal influência. Em compensação no trabalho diário de consultório, em orientação e acompanhamento de mães, a incidência do exposto deixa de ser leve preocupação, passando a uma realidade concreta e atuante a cada momento. E o mais interessante! Mesmo quando as mães têm alguma percepção do que ocorre, raramente conseguem entender o porquê do ocorrido, continuando na mesma linha de ação de suas mães que também lhes impunham comportamentos contra os quais se rebelavam. Não conseguem deter-se mesmo ao se recordarem de que aquilo era o que mais detestavam na mãe. Continuam a impor aos filhos comportamentos, sentimentos, reações, apesar de, com frequência, reviverem uma irritação muito grande diante de recordações de suas mães fazendo exatamente aquilo.

Uma experiência por ser suficientemente elucidativa cabe aqui.

Uma mãe bastante deprimida, não conseguia algumas vezes sequer levantar-se da cama e, outras vezes levantava-se com a simples finalidade de controlar os filhos e reprimi-los em to-

dos os sentidos, inclusive sob ameaça física, a ponto de que seu filho mais velho (sete anos) ao vê-la aproximar-se começava a chorar. Queixava-se praticamente durante todo o atendimento de que era seca, desconfiada e irritada com os filhos, porque sua mãe era exatamente assim. Continuava em sua lamentação de que nunca tivera carinho, que sempre apanhava muito e isto foi deixando-a tão deprimida que atualmente tinha a certeza de que estava estragando os filhos. Mas seu comportamento diante deles permanecia inalterável durante todos esses anos, apesar de toda a consciência que tinha da situação e do prejuízo que provocava no desenvolvimento emocional de seus filhos.

Era evidente que esta mulher era muito carente de emoções agradáveis, de carinho, e, sobretudo, de confiança não só em si mesma, mas também naquilo que de bom poderia proporcionar aos filhos. Suas confissões, na maioria das vezes, não eram tanto de arrependimento, mas muito mais para simplesmente expiar sua culpa e poder continuar fazendo aquilo que tanto dizia detestar. Outra característica de seus relatos consistia no fato de que sempre que algo durante a consulta lhe era sugerido, em alusão a sua atuação, voltava a falar de sua infância, dando a entender que nada tinha para dar aos filhos, porque quando criança nada recebera.

O que ficava bastante claro era como o modelo de figura materna que esta mulher teve, realmente deixava poucas lembranças agradáveis, mas que ela incorporou para desempenhar tal e qual junto aos próprios filhos. Esta senhora não poderia mudar porque se fosse diferente, seria como que negar a existência da mãe; seria vivido por ela como que matando a própria mãe e por isto é como se preferisse mantê-la viva através de sua própria atuação. Era como se achasse preferível isto a ter que assumir seus ataques extremamente agressivos e invejosos a sua figura materna.

O modelo de figura materna que teve foi tão negativo que deixou um vazio dentro dela, não conseguindo preenché-lo. Sentia-se muito culpada por sua agressão à mãe e, por isto mesmo, não se permitia agir de outra maneira, ou seja, ter sucesso com uma nova atuação. Desta forma não podia ser diferente, mesmo de sejando, pois tinha que ser fiel ao modelo para não aumentar a sua culpa.

Casos como o relatado são encontrados por todos aqueles que lidam com este tipo de trabalho e, justamente por isso, merecem maior atenção.

Ella Freeman Sharpe comenta que as emoções da mãe contém todo o seu próprio passado e que uma das formas de influência sobre o filho seria como o daquela mulher que produziu fortes formações reativas, ou reprimiu sua hostilidade inconsciente para com a mãe, não suportando manifestações de raiva na criança, atuando com severidade a toda reação de agressividade infantil. É como se ela temesse, não tanto a agressividade da criança, mas a sua própria. Segundo Sharpe³¹ "o modelo se repete".

Outras mães podem através de uma formação reativa, com relação também a sua agressividade mal elaborada, desenvolver a já chamada super solicitude, preocupando-se com cada minuto da vida da criança como se esta estivesse prestes a morrer a qualquer instante.

E com isto vai o modelo repetindo-se; as mães não conseguem mudar, embora se rebelem constante, mas contraditoriamente contra o próprio modelo.

É verificado que a criança, durante o seu desenvolvimento, está a mercê de ansiedades que a ameaçam. A cada passo

do seu desenvolvimento ela vai, se tudo correr bem, conquistando uma maior segurança e estabilidade, podendo enfrentar melhor os perigos internos e externos, o que é impossível no início de sua vida.

Em todo este processo está a mãe dando ao bebê noções de tempo, dosagem de suas satisfações, gratificando suas necessidades. À medida que o bebê vai sentindo na mãe um apoio, uma segurança para suas ansiedades e desejos vai, através de sua relação com ela, desenvolvendo-se. Nesse desenvolvimento, a criança vai passando por etapas e, em algumas, determinadas características ficam mais marcadas que em outras. Sua relação com o seio, o poder lidar com a mãe como um todo, seus sentimentos de inveja e idealizações, suas negações, tudo isto é que vai propiciando esse crescer da criança.

Todavia, a mãe de hoje já foi o bebê e a menina de ontem. Já teve sua relação com a mãe ou com a mãe substituta. Sua vida emocional traz uma série de conotações oriundas não só de suas características congênitas, mas sobretudo daquelas que ficaram quando do seu relacionamento com a mãe. E, sem dúvida, isto não termina quando esta moça cresce ou passa a ser a mãe. Esta relação com a mãe é algo que continua dentro dela, atuando constantemente com o aqui agora seu filho. Desta forma, muito de como a mãe entra em contato com o seu bebê é matizado pelo modo como foram estabelecidos seus contatos anteriores com a sua figura materna.

Marie Langer³² fala em seu trabalho *Maternidad y Sexo*, sobre mães que recusam e rejeitam os filhos, muitas vezes até antes que estes nasçam, e explica que, através de material analítico de suas narrações, estas mães simplesmente repetem, sem se darem conta, o que sofreram por parte de sua figura materna. Comenta que "tudo que parece hostil e não maternal nelas provem de suas próprias frustrações infantis, que as fixaram em uma atitude

de imatura e inadequada no seu papel de mãe". Finalmente afirma que a rejeição da mãe ao filho é devido "tanto a sua identificação inconsciente com a imagem da própria "mãe-mã", bem como aos impulsos infantis ligados a esta imagem", ou seja, na linguagem aqui usada, devido ao modelo de figura materna que teve na infância.

As expectativas colocadas sobre o bebê muitas vezes são tentativas de ver realizadas na sua continuação, aquilo que não pôde ser conseguido por ela na sua infância.

Quantas vezes ouve-se que a mãe, porque sempre foi contra a maneira como agiam com ela quando pequena, resolve agir com seu filho exatamente de forma oposta àquela de que tanto discordava. E nem por isto esta mãe livrou-se de sua relação passada. Pelo contrário, continua tão firmemente dependente dela, que só consegue agir se for de maneira exatamente oposta. E o curioso nisto é que geralmente os resultados obtidos não são satisfatórios, o que segundo o raciocínio dela deveria ser, uma vez que está agindo exatamente do modo oposto. Porque então não aconteceria o esperado?

Simplesmente porque aquele tinha sido o modelo de figura materna que ela teve. Embora não aceitando os métodos empregados na sua educação, aplicando, por isto, os que pregavam idéias exatamente opostas, ela continuava extremamente ligada a esta mãe, apesar de toda sua oposição e, muitas vezes aplicava a nova técnica do mesmo modo que sua mãe aplicava a dela. Esta mudança não tinha sido elaborada por um amadurecimento, mas parecia como represália a um modo contra o qual ela se rebelava. E quando a mudança não obedece a um processo de lento amadurecimento, a saída mais fácil encontrada é a do extremo oposto.

Contava uma mulher que, quando era pequena, sua mãe

sempre tomava o partido do irmão e que isto a teria marcado profundamente. Que, atualmente, ela tem um casal de filhos e que faz questão de não tomar partido porque não quer prejudicar nem um nem outro, com sua decisão. Depois de um certo tempo, com muita surpresa, foi visto no seu atendimento como intimamente ela tinha bem definido dentro de si que a menina sempre estava provocando o menino e, com muito receio de deixar transparecer isto, mantinha-se numa atitude conciliatória dizendo para o filho não ligar e deixar a menina para lá. Depois de algum tempo esta mãe pôde verificar que o que fazia era exatamente o mesmo que a sua figura materna, ou seja, tomar o partido do filho, como que dizendo "a sua irmã é assim mesmo", o que sem dúvida correspondia em termos não muito explícitos a uma censura à menina e uma tomada de partido em favor do menino. O mais interessante é que ela não estava satisfeita, pois o filho jamais conseguia retomar algum objeto tirado pela irmã, ou seja, sua capacidade de reagir nesta hora mostrava-se limitada.

Outra mãe dizia que a sua tinha sempre sido muito rígida na educação e que a trazia sob intenso controle, não permitindo inclusive que brincasse com meninos, amigos de seu irmão: quando teve sua filha, que conta agora oito anos, resolveu que não poderia ser como a mãe e justamente por isso daria oportunidade à filha para retrucar e se colocar livremente à medida que discordasse de alguma coisa, oportunidade que não tinha sido oferecida a ela na infância.

Não raras vezes, entretanto, esta mãe se questionava se não estaria dando oportunidade demais, pois achava que sua filha "ao mesmo tempo que era precoce, era um tanto imatura para acompanhar sua precocidade" (palavras dela). Comentava que gostaria de falar algo ou esclarecer melhor à filha (que já estava pensando em namorados) quanto às maneiras que deveria adotar, pois sentia que a menina não tinha sido alertada sobre determinadas brin

cadeiras com meninos. Ao mesmo tempo que assim pensava, ficava muito indecisa se deveria ou não fazê-lo.

Fica claro como esta mulher, que não tinha tido muitas oportunidades para desenvolver brincadeiras com meninos, como que ficou perdida quando uma situação assim se apresentou na vida da filha. A grande parte da indecisão dela, se deveria falar ou não, ficava a cargo da escolha exatamente oposta à maneira de educar de sua mãe, que apesar de ela intelectualmente rejeitar, emocionalmente estava ainda muita presa a ela. Tanto assim que cada vez que resolvia falar com a menina, lembrava-se de sua infância. Desta forma estava ficando cada vez mais difícil colocar limites em sua filha, porque isto era revivido, não como algo que a menina necessitasse para seu desenvolvimento emocional, mas algo profundamente agressivo que ela descarregaria sobre a filha. Pouco a pouco pôde verificar que apesar de não concordar com a maneira de sua mãe educar, deveria haver alguns aspectos que não achava tão nocivos, mas que tinha receio de concordar com eles, por temer ter que concordar com todos. A característica agressiva, que encobria o colocar limites na filha, foi diminuindo consideravelmente e, aos poucos, a própria menina pôde aceitar tranquilamente o que sua mãe dizia.

Melanie Klein comenta que as brincadeiras de bonecas na menina têm muito o sentido de procurar satisfazer um desejo inconsciente de ter um filho com seu pai. Isto porque, na sua fantasia, sua mãe está de cheia de filhos na barriga, lá colocados pelo pênis do pai. Estas fantasias deixam-na carregada de inveja e ódio e, à medida que ela cresce e engravida, é como se um desejo seu tão antigo estivesse para realizar-se, diminuindo com isto sua agressão e aumentando sua capacidade de amor para o filho. Aliado ao desamparo que um bebê demonstra, seus desejos de reparação, de cuidados maternos vão-se desenvolvendo e principalmente vão sendo

colocados em prática.

Pode acontecer, entretanto, que se a culpa pelos ataques dirigidos à mãe ou ao pênis do pai, é muito forte e esta mãe resolve inundar seu bebê de amor sem uma exigência de algo em troca, resultará num novo ser humano muito egoísta, sem dar-lhe a oportunidade de fazer sacrifícios, de reparação e de consideração pelos demais.

Melaine Klein ressalta que um dos aspectos importantes, da atitude materna é a capacidade de a mãe colocar-se no lugar de seu filho, ou seja, identificar-se com ele, desde que não esteja de mais envolvida por sentimentos antigos, podendo então fazer uso de sua sensatez para guiá-lo de modo proveitoso.

A sua capacidade de amá-lo estará sendo sempre colocada à prova, à medida que o filho vai passando por etapas, sendo que nas últimas como adolescência, existe uma tendência à liberação dos antigos vínculos entre pais e filhos.

Ao se fazer uma observação dos comportamentos da criança e da mãe, verifica-se como o inconsciente daquela responde ao da mãe. Muitas vezes o sintoma da criança, ou seja, uma reação neurótica infantil pode ser compreendida como uma resposta inconsciente ao desejo também inconsciente da mãe, para que a criança atue de determinada maneira, embora nem a mãe e nem o filho estejam conscientes desta motivação.

O desejo do qual se fala acima, é transmitido à criança por algumas indicações na maneira de proceder da mãe e as crianças demonstram ter grande sensibilidade para percebê-lo. Esta sensibilidade é no sentido de o filho perceber, através de uma comunicação pré-verbal, mudanças na expressão facial dela, ou no seu tom de

voz. A criança, no entanto, não reage frequentemente àquilo que a mãe lhe diz, mas muito mais a sua intenção inconsciente.

Num estudo a este respeito, Melitta Sperling³³ procura mostrar que a criança pode como que ler a mente da mãe, percebendo indicações inconscientes nela reagindo a detalhes aparentemente insignificantes do ponto de vista de outras pessoas. Comenta ainda que crianças numa relação deste tipo, podem fazer observações como os paranóides que notam tudo e que, de preferência, relacionam aquilo que notam a si próprios. Observa então que: "a criança não está reagindo meramente a uma mensagem fantástica, mas a um real perseguidor, chamado sua mãe". "Esta qualidade paranóide é especialmente marcante nos casos em que a mãe rejeita a criança, porque ela inconscientemente identifica esta criança a um objeto odiado de sua infância (como irmãos ou pais) ou a uma parte odiada de si mesma".

Aqui novamente verifica-se que os aspectos mal elaborados, não aceitos e conflitantes da infância da mãe, relacionados não exclusivamente, mas sobretudo, ao seu contato com a figura materna, continuam como que atuando dentro dela.

Interessante notar que, apesar de a mãe estar transmitindo de forma inconsciente suas dificuldades, não quer dizer (embora isto possa acontecer) que a criança apresente as mesmas deficiências da mãe. Não! O que pode acontecer é que aquilo que a criança percebe como uma indicação por parte da mãe, pode juntar-se às suas próprias dificuldades e transformar-se num sintoma ou num comportamento diverso daquele apresentado por sua mãe na infância. Quase sempre o comportamento da criança tende a corresponder aos desejos internos da mãe.

Ilustrando a comunicação inconsciente entre mãe e fi-

lho, J. era uma criança que havia tido paralisia cerebral e, embora em grau leve, apresentava incoordenação motora acentuada, para a qual vinha tendo inclusive atendimento especializado. Sua mãe, uma vez, contou que ela havia ganho um vaso de presente de uma pessoa muito chegada a ela e que simplesmente detestara o presente mas que não podia fazer nada a respeito. Um dia J. que era muito estabonado, subiu a cadeira, apanhou o vaso e o deixou cair, quebrando-o inteiramente.

Sem dúvida alguma J. nada mais fez do que captar a mensagem inconsciente da mãe e resolveu o problema dela, quebrando o vaso, já que ela não podia fazê-lo.

Se isto pode ser verificado num caso simples como este, quando a própria infância da mãe for lembrada por algum ato de seu filho, a carga que poderá ser inconscientemente transmitida a ele, deverá ser grande.

Observações a este respeito foram também feitas e estudadas por Ilse Hellman, com o objetivo de ver a relação existente entre os distúrbios das crianças e certos traços dos pais, principalmente da mãe. Este seu estudo foi mais voltado para crianças que tinham atraso intelectual e com enorme tendência a mentir.

Foi notado que as mães em questão apresentavam semelhanças em características tais como: mantinham um relacionamento muito estreito com a criança em questão, tinham um intenso medo de perder este traço de intimidade grande, além de tendência forte a negar a realidade; todas elas tinham um amante sendo que as crianças tomavam conhecimento; além disso sempre guardavam um segredo importante e evitavam que os filhos soubessem embora de uma forma ou de outra, eles percebessem algo do que era escondi-

do. Na história de sua infância essas mães também traziam similaridade como não se lembrarem muito bem de fatos de quando eram crianças (embora outras vezes se lembrassem com curiosa riqueza de detalhes). Recordavam-se da figura do pai como muito rígida, que pouco lhes dava. A relação com a mãe era muito estreita e amorosa, mas esta falecera quando eram adolescentes, ficando a responsabilidade dos trabalhos caseiros com elas.

É evidente que a linha direcional do estudo de Hellman é mais no sentido de como o inconsciente dessas mães levavam seus filhos a desenvolver uma inibição intelectual e adotar a mentira, sendo que a primeira estaria baseada, entre outras coisas, nas tentativas reprimidas de conhecimento sexual sobre seus pais, e a segunda ligada à própria negação da realidade das mães. Procura-vam permitir que seus filhos conhecessem a realidade e sentir sentimentos reais na medida delas, ou seja, o quanto fosse tolerável para elas agüentarem saber.

Desta forma, manter a criança passiva e estultificada era necessidade de cada uma destas mães, cuja ansiedade aumentava intoleravelmente, cada vez que a sua intensa ligação com o filho estivesse ameaçada de romper-se.

Aquí, entretanto, vão interessar as vivências infantis dessas mães influenciando a vida de seus filhos. Apesar de toda a ligação estreita e amorosa, uma delas deixava claro que o relacionamento mantido com sua filha era em termos ora de brigas ora de reconciliações, o que a fazia lembrar-se do mesmo tipo de relação que tivera com sua figura materna. Esta íntima ligação com os filhos era estabelecida para aplacar o sentimento de culpa que sentia por eles e também para não precisar novamente defrontar-se com sua carência afetiva, uma vez que perderam suas mães e tiveram que conviver com um pai que pouco lhes oferecia. Se a mãe po

de transmitir tão bem mensagens do seu inconsciente aos filhos, sem dúvida, nestas mensagens muitas vezes estarão suas dificuldades do passado com sua figura materna.

Quando fala sobre a inveja, M. Klein procura ressaltar a idealização como uma defesa estabelecida contra os sentimentos da inveja e da ansiedade persecutória e que, por isso, o que se mantém tão dissociado não é o objeto bom do mau, mas o objeto extremamente mal do objeto idealizado.

Cita que um campo muito usado pela idealização é o da relação mãe-filho, principalmente para aquelas pessoas, em particular, que não foram capazes de experimentar uma felicidade suficiente na sua relação passada com a própria mãe.

Neste sentido, a própria capacidade de amar de uma pessoa (no caso, a mãe) fica altamente comprometida, uma vez que ela se sente impossibilitada de aceitar seu filho com os aspectos bons e maus. Precisa então idealizá-lo porque seu receio é de que ele acabe mostrando como extremamente mau, irremediavelmente perdido.

É como se a mãe não pudesse ver o filho como é, mas só como, em função de suas ansiedades, ela acredita que deveria ser.

CAPÍTULO IV

COMENTÁRIOS SOBRE O PROCESSO DE
"SEPARAÇÃO-INDIVIDUAÇÃO" NA ORIENTAÇÃO DE MÃES

Esta parte do estudo é dedicada à situação de acompanhamento e orientação de mães, suas implicações e seus limites.

Aquí serão abordados também aspectos que envolvam a separação mãe e filho e a possível reformulação de um modelo de relação através da orientação de mães.

O psicólogo em seu trabalho precisa saber manejar os conceitos teóricos a fim de ter um embasamento em que se apoiar, para melhor entender as situações que se apresentam, sua dinâmica e que medidas deverão ser tomadas para alcançar um ajustamento pretendido.

É a teoria quem dará pontos de referência para a prática e vice-versa, de modo que uma não esteja solta e desvinculada da outra.

Sempre que o valor da teoria é relegado a um nível de menor importância, está-se cometendo grave erro, além de correr sério risco de que esta prática tenha pouca diferença da executada pelo curandeiro ou macumbeiro em seus rituais. Verdade seja dita que os últimos muitas vezes conseguem o ajustamento de uma pessoa a uma situação difícil, ou mesmo diminuir a dor de outra em profundo sofrimento. Verdade também que não raro pouca diferença é encontrada entre os resultados alcançados num terreiro, dos conseguidos num consultório.

Espera-se, entretanto, que o profissional do consultório saiba o porquê conseguiu ajudar o cliente e que apoiado numa série de conhecimentos científicos possa basear o seu auxílio em algo mais controlado e menos intuitivo.

Para o psicólogo existe uma vastidão (por vezes vasta demais) de teorias, com seus conceitos e comprovações a seu alcance. Existe todo um apoio teórico muito grande não só a respeito de relação pais e filhos, etapas de desenvolvimento, formação de personalidade, influências de meio e hereditariedade, bem como uma infindável série de estudos sobre a parte emocional do ser humano.

Se o curandeiro corre o risco de agir única e exclusivamente em função do que sua sensibilidade lhe diz, o psicólogo que se defronta com as concepções teóricas, arrisca-se tão seriamente quanto aquele. São que o psicólogo poderia pender para o outro extremo, aprofundando-se cada vez mais na teoria, enfrentando a possibilidade de não conseguir sair dela quando diante do cliente, o que não representa atitude aceitável.

Como aqui vai interessar mais especificamente o profissional vinculado a trabalho de acompanhamento de mães, o que foi acima dito é com a preocupação de evitar o uso em profusão de teoria lançada sobre o cliente, que via de regra passa a adotá-la por pura intelectualização. Este parece ser um dos grandes perigos de, é verdade, qualquer atendimento psicoterápico ou psicanalítico. No presente trabalho será enfocado este risco quando diretamente ligado à orientação e acompanhamento de mães.

Se a mãe é dada a oportunidade de verificar, de enfrentar seus sentimentos confusos e contraditórios, é aberta uma esperança de que através da própria aceitação destes, possa aceitar

os de seu filho, encontrando novamente satisfação na tarefa de cuidar e educá-lo.

De nada adiantará a lógica das intelectualizações se os sentimentos não foram enfocados, destacados e sobretudo revividos. O mesmo perigo é o dos livros que tão bem falam sobre a educação da criança.

A mãe resolve lê-los. Verifica que precisa mudar suas atitudes, segundo o que aqueles livros preconizam. Muitas vezes nem sequer concorda com eles, mas qual a mãe que, propositalmente, terá um comportamento de antemão sabido como nocivo ao desenvolvimento da criança. Então ela começa a colocar em prática aquilo que leu. Curiosamente passa a notar que nem sempre obtém o resultado esperado. Desconfia do livro, mas entre uma desconfiança do que a psicologia propõe e uma desconfiança dela mesma e de sua capacidade, ela ficará com a de si mesma. Se não utiliza o que a psicologia do livro fala, sente-se culpada. Se seguir o que pensa, fica muito mais temerosa. Chega então a mãe ao consultório confusa, insegura, sem conseguir manter seu comportamento de antes e sem saber qual a ser agora trilhado. E por que será que os fatos geralmente se encaminham desta forma? Simplesmente porque esta mãe esqueceu-se de que pouco irá valer a fórmula do livro se ela não estiver com seus sentimentos livres, sem conflitos. O que ela não sabe é que mesmo com a melhor das intenções, se seus sentimentos não acompanham a idéia, quando puser em ação o que pretende, só conseguirá, de maneira sutil, provar que a teoria está errada.

No dia a dia é como se não sobrasse tempo para os sentimentos. A educação recebida, muitas vezes enfatiza o controle das emoções. O falar sobre o que se sente nem sempre é bem recebido pelos outros. Desta forma cada vez mais o sentir vai ficando para uso privado de cada um, aumentando as dificuldades para

compartilhar com outros. Estas observações talvez façam com que fique melhor entendido como determinadas mães, acostumadas a não liberarem seus sentimentos, devem se sentir ameaçadas numa situação de atendimento psicológico, onde muito pouca formalidade é encontrada.

No caso abaixo relatado pode-se verificar a importância de uma visão unificada e, de que sem ela, como facilmente pode-se cair em intelectualizações.

A mãe de J., sobre a qual já se falou quando da comunicação inconsciente entre mãe e filho, dizia muito das dificuldades deste em função da paralisia cerebral que ele sofrera, mas que não tivera conseqüências por demais prejudiciais ao desenvolvimento do menino. No conteúdo de suas declarações estava sempre latente um sentimento de culpa, que umas poucas vezes foi abordado por quem a atendia, e ao qual reagiu irritadamente, negando mesmo, que tal referência tivesse qualquer fundamento. Importante que se ressalte que esta mãe tinha como uma das defesas predominantes, a racionalização. Ela mesma, depois de algum tempo pôde verificar que antes de algo ser aceito era esmiuçado, analisado, "separado em escaninhos" e "filtrado". Que planejava bastante sua situação frente ao menino, e quase sempre não se permitia dar uma certa ajuda a ele, em tarefas que naturalmente J. encontraria dificuldade devido ao atraso motor. Quando o auxiliava era muito insegura, pois tinha receio de que ele se apegasse ao fato de ser sempre ajudado, não se esforçando futuramente para conquistar etapas de seu desenvolvimento. Desta forma ela ficava sempre sem saber se deveria ou não auxiliar o filho e, como facilmente pode ser deduzido, nenhuma das duas atitudes trazia satisfação para ela. Perguntava-se constantemente se o fato de J. não querer às vezes desabotoar a calça para ir ao banheiro era devido ao atraso motor ou a uma dependência emocional e insegurança muito grande. Preocupa

va-se, com frequência, se as dificuldades de J. eram devidas a um fator emocional ou orgânico. Se fosse orgânico ela aceitava com maior facilidade uma provável ajuda, o mesmo não acontecendo se percebesse que a dificuldade estaria mais a cargo da parte emocional. Várias vezes foi mostrado de como era difícil que ela pretendesse equacionar seu comportamento perante o filho em função de uma tentativa de separar aspectos tão intrinsecamente ligados, pois além das dificuldades motoras, provavelmente, J. já teria superposto sentimentos como o de desvalorização e incapacidade.

Em certa época foi perguntado à mãe em questão como se sentia em função da paralisia cerebral do filho. Uma série de sentimentos foi então desencadeada. Pôde recordar vários fatos desagradáveis ocorridos durante momentos anteriores ao parto propriamente dito, e que teriam deixado uma desconfiança de até que ponto o bebê poderia ter sido profundamente prejudicado por seu estado de tensão e revolta muito elevado. Estes sentimentos estavam ligados a um desentendimento com o sogro (que ela nem sempre apreciara) quando já estava no quarto da Casa de Saúde. Foram agravados ainda pelo fato de que o marido ficou contra ela e, agressivamente, recriminou-a. Conta que ficou profundamente abalada e logo a seguir passou para a sala do parto. Já havia perguntado aos mais variados tipos de médico até que ponto seu estado poderia ter influído no nascimento e saúde física do filho, ao que responderam: em nada. Podia-se, no entanto, perfeitamente verificar que esta era uma informação que a mãe de J. agarrava-se de forma puramente intelectual, pois, como já foi dito, no conteúdo de suas narrativas percebia-se o sentimento de culpa que estava por trás. Estes fatos nunca haviam sido abordados por ela anteriormente à pergunta formulada.

Com o tipo de dúvidas e perguntas que a mãe de J. tinha era bem provável que ao profissional que a atendia, surgisse a dú

vída de até que ponto ela sabia o que era paralisia cerebral, e qual suas conseqüências. Poderia dar então informações precisas sobre o que seria, porque acontecia, quais as áreas afetadas, e muitas outras a que o caso se prestaria. O que seria no entanto mais importante: estas informações, que em parte aplacariam o sentimento de culpa, ou fazer com que procurasse reviver o por-que de tais sentimentos? Pelo próprio tipo de defesa que esta se-nhora desenvolvia, podia-se levantar a hipótese de que já pudes-se até dar aulas sobre paralisia cerebral, mas no entanto, o sen-timento de culpa permanecia. A mãe de J. quando em outra ses-são falava sobre o desentendimento com o sogro, foi acometida por um acesso de tosse, que não permitia que continuasse falando a respeito do assunto. Pedia água e então pôde até verificar co-mo de certa forma fazia tudo para impedir de tocar no assunto de tão mobilizada que ficava. Pôde lembrar-se de uma série de pensamentos e receios que tinha na época, inclusive o medo de que o filho tivesse características semelhantes as do próprio mari-do e sogro, não aceitas por ela. Enfim, tudo isto pode ilus-trar como uma carga emocional muito intensa poderia impedir de elaborar melhor determinados aspectos tão relacionados à própria aceitação de J., e que teria sido abafada por uma rica e perfei-ta explicação científica sobre a doença do filho. Aliás, ela mesma teve oportunidade de dizer, durante um dos seus relatos, que poderia ser catedrática e professora de paralisia cerebral de tanto que já havia lido e de tanto que já havia perguntado a res-peito. Aos poucos a mãe de J. foi realmente se sentindo mais a vontade para tocar no assunto e, claramente, foi percebido como ela deixou de se preocupar tanto com a divisão de dificuldades do filho relacionadas à área física e as relacionadas à psíquica. Em outras palavras, passou a ter uma visão unificada a respeito do nascimento do filho, com a parte intelectual representada pelas informações científicas (que já possuía) e a parte emocional re-presentada por seus sentimentos e fantasias de culpa que faziam com que, inclusive, não pudesse tocar ou abordar.

Muitas vezes a mãe não está preparada para receber tal ou qual informação, pois suas emoções estão tão confusas e conflitadas que se a informação for oferecida será captada intelectualmente, como teria sido o caso acima citado.

A situação de orientação e acompanhamento não deve ser desenvolvida em termos de "receita", como na maioria das vezes funciona tão bem na clínica médica. Aqui as emoções devem ser respeitadas, e sobretudo melhor elaboradas, para que a própria pessoa possa encontrar a sua maneira de resolver e educar seus filhos.

Os sentimentos da mãe, quando procura um atendimento, seja ele vinculado ou não a uma psicoterapia da criança, são bastante ambivalentes. Por um lado procura ajuda, uma reformulação de seus pontos de vista, porque sente que em casa a relação nem sempre é bem conduzida, ou mesmo os resultados alcançados são poucos satisfatórios. Por outro, sente-se fracassada, e algumas vezes até humilhada, por ter que pedir ajuda. Ao mesmo tempo que sente que precisa rever alguns aspectos relacionados ao filho, por outro, a sensação de fracasso leva-a a sutilmente querer provar que na realidade nada adianta, que a culpa da relação difícil não está com ela, mas somente com a criança. Desta forma as informações e fórmulas (por melhores que sejam as intenções) dificilmente surtirão efeito, pois não é toda mãe que pretende provar a si mesma que a sua maneira de agir não está certa, e sim a de outra pessoa. Ficaria, sem dúvida, aliviada em parte de ver que a responsabilidade de acertar ou errar já não está mais com ela, mas com o psicólogo que a atende. Passaria a ser um mero instrumento na mão do profissional, que iria pautando sua ação. No princípio é possível que tudo comece a correr melhor, mas o que se pergunta é até quando e o que se pretende realmente com um atendimento nestes termos? Resolver só a situação imediatamente; aliviar a mãe assumindo a responsabilidade de educar crianças

como sendo algo que sō alguns predestinados têm, deixando a mãe com a sensação de que realmente não tem nível cultural suficiente para ajudar seus filhos? Aliás, com esta sensação muitas já vêm até o consultório e, se encontram um reforço neste sentido (onde tudo que deve ser feito é dito pelo profissional) estar-se-á alimentando esta mesma sensação e, o que é pior, alimentando uma profunda dependência.

Se o psicólogo se coloca na posição daquele que realmente sabe o que fazer (o de que sabe tudo) e a cliente ocupando o lugar daquela que tem todos os defeitos (e mais alguns) que a caracterizam como a pêsxima mãe, a situação já vai se configurando de tal maneira que provavelmente tornar-se-á insuportável para ambos. Para a mãe porque já vimos que ao mesmo tempo que deseja a ajuda, se sente irritada ou fracassada por precisar do auxílio, e para o psicólogo porque, por mais conhecedor que seja, chegará a um ponto em que não aguentará mais dar fórmulas e conselhos (não contando com os casos em que seus conselhos não funcionam). Além de tudo estará assumindo o papel de mãe da criança.

O que está sendo esquecido é que, via de regra, a mãe sabe o que deve fazer, sō que não está em condição de analisar a situação, por encontrar-se bastante envolvida nela. Se for a oportunidade de esta mulher poder enxergar o que está acontecendo, o que vem fazendo, e o que pode vir a fazer, vai crescendo sua auto-confiança, sua crença de que é possível e capaz de ser mãe novamente de seus filhos. Vai se sentindo encorajada a procurar soluções, futuras decisões mais complexas, porque sabe que pode assumir isto. Seria como o caso de criança que começa a dar os primeiros passos insegura, e mais tarde com maior segurança, vai podendo chegar a dançar, pular, correr. Ao passo que se a mãe temer cada degrau que o filho subir, por achar que ele não vai acertar ou acabar se machucando, esta criança vai ficando insegura, temerosa e dependente de uma ajuda externa, como a mão da

mãe. E o que é pior: onde há dependência há hostilidade. Desta forma, a função do psicólogo é ajudar a mãe a caminhar e não caminhar por ela no sentido de desenvolver cada vez mais sua independência de atuação.

Quanto à dependência, parece que muito a respeito ter-se-ia que falar. Foi visto em "separação-indivíduoação" de Margaret Mahler, que muito de dependência é estabelecido quando justamente a criança não tem condição de sobreviver, de satisfazer suas necessidades, precisando pois da figura da mãe. Foi visto ainda que, inicialmente, a criança não distingue muito bem quando a satisfação foi providenciada por medidas externas e quando foi alcançada por si mesma. Falou-se que aos poucos, quando ela começa a andar, vai conseguindo e tentando separar-se um pouco da mãe, se permitindo alcançar gradualmente suas conquistas. O medo que a criança sente de ser "reengolfada"³⁴ pela mãe, quando já está conseguindo desligar-se um pouco, é constante em determinada fase, daí ela precisar lançar mão de um negativismo para se defender. Além disso, esta separação, que ao mesmo tempo é desejada e temida pela criança, representa um receio de que seja uma separação definitiva e irreversível.

Foi visto no capítulo 2 como a atitude da mãe pode auxiliar neste processo através de um apoio à parte do filho que deseja independentizar-se, não temendo tanto perdê-lo. Verificou-se ainda que muitas vezes a mãe, por pressentir que isto irá acontecer, coloca-se numa atitude de magoada, procurando libertar o filho prematuramente quando este ainda não está preparado para tal. Esta atitude parte dela e não tanto da criança. A mãe acha que não aguentará a perda. Pode ficar retendo a dependência do filho tanto quanto conseguir (algumas vezes até sob ameaças) prorrogando ao máximo que puder a separação. Sabe-se que isto não é somente por olhar o lado do filho e achar que ele ainda não tem condições, mas muito mais pelo seu, pois no fundo es-

tã vivenciando uma perda, que para algumas mães, é sentida como profundamente dolorosa. Vê-se uma certa relação do que acima foi resumido com o trabalho de orientação de mães.

Importante na orientação é que ela possa, aos poucos, ir separando-se da criança, mas também que seja dada a oportunidade dela ir se separando do psicólogo. Tal fato só é possível se este quiser realmente ver esta meta alcançada, ou seja, se está consciente de que não quererã assumir o papel da mãe e de que confia na capacidade dela. Isto inclui um apoio grande às possibilidades da mãe que, estão latentes e para serem descobertas. E este apoio deve ser semelhante ao que se dá à criança quando começa a conquistar uma nova aquisição. Durante o atendimento vai se percebendo quando a fase de dependência da mãe em relação ao psicólogo vai começando a desaparecer. Ela toma as atitudes que acha mais conveniente, não fica tão dependente da opinião do psicólogo, age com muito mais confiança em si mesma. Verifica-se, no entanto, que este desaparecimento algumas vezes é uma atitude carregada de muitas dúvidas. E é a crença de que é capaz, quando percebida pela mãe, que a ajudará a confiar novamente um pouco mais em si.

Outras vezes o passo em direção a uma independência é dado drasticamente em termos de interrupção do atendimento por parte da cliente, que não aguenta uma separação natural e crescente. Para não sofrer o separar, ela prefere precipitar o processo, exatamente como acima foi descrito quando de sua relação com o filho. Em vários casos ela não suporta mais é a consciência de que continua desconfiada de si mesma e dependente do profissional. Como isto geralmente é sentido em termos de desvalorização de si mesma, não aguentando a situação, interrompe o processo de crescimento por se sentir extremamente perseguida pelo fato de estar precisando de alguém que a ajude. Esta é uma parte que deve ficar muito bem vista durante o atendimento da mãe,

qual seja a de que apesar de muito interessada na ajuda, sente-se profundamente desvalorizada e revoltada por achar que não teve condições de educar bem o filho.

Aquí vê-se que o mesmo papel que é esperado da mãe em termos de permitir o crescimento do filho, é também esperado do profissional. Assim sendo, também ele deve ter a consciência de que está auxiliando a mãe a independentizar-se. É através das identificações com o psicólogo que ela vai podendo até reformular seus sentimentos e fantasias no que dizem respeito a uma relação com o outro.

No capítulo anterior falou-se sobre o modelo de figura materna que a mãe teve e que, sem dúvidas, influencia a sua atuação ante o filho.

Antes de mais nada, seria necessário dizer que não se quer insinuar que o modelo que cada mãe teve seja nocivo ou prejudicial. Toda mãe teve seu modelo, tenha sido ele bom, razoável, prejudicial ou mesmo ausente (no caso daquelas que não puderam usufruir da companhia da mãe por muito tempo). Nenhuma delas poderia ter sobrevivido se não tivesse havido uma figura materna, com as características que fossem, em sua vida.

O que se supõe é que a mãe possa desenvolver a sua própria maneira de atuar, ou seja, sem desvalorizar ou superestimar a experiência com sua figura materna, procurando se basear nesta experiência, mas de forma criativa através da qual poderá ir se adaptando às necessidades e peculiaridades próprias, bem como as de seu filho.

Desta forma está-se propondo uma autenticidade, uma maior liberdade de atuação, e por isto não se pode manter dentro

da orientação um clima de críticas, que só serviria para abafar as suas possibilidades e nem uma situação onde quase todas as iniciativas de como atuar partiriam fundamentalmente do profissional que a atende, o que também só serviria para estimular a sua dependência.

Assim, se é preconizado que deva existir por parte da mãe uma maior aceitação das qualidades e dificuldades do filho, só através de um atendimento que funcione dentro do mesmo princípio, poderá a mãe vivenciar que se ela se sente mais compreendida, mais aceita, mais coesa dentro de si mesma, menos tensa e, portanto, mais feliz, é que isto também pode funcionar para seu filho.

Esse é um dos pontos de referência básicos que pode ser vivido numa orientação de mães e, que em muito poderá auxiliá-la quando da possível reformulação do modelo de figura materna que teve na infância.

Foi abordado o aspecto da aceitação, mas muitas vezes ocorre que a mãe, seja por sentimentos de culpa, seja por outra dificuldade qualquer, não consegue colocar limites no seu filho e então passa a permitir tudo que ele faça. Será, pois, através da orientação a oportunidade que ela terá para verificar que a aceitação é diferente de passividade.

O profissional que a atende não pode ser passivo ou permissivo demais, pois estará dando uma vivência distorcida da vida, onde nem tudo é tão permitido assim. Está a cargo dele possibilitar dentro da orientação, um clima de aceitação e permissividade, e nunca de passividade, para que a mãe tenha em que basear o seu modo de atuar.

Ao mesmo tempo que as referências são percebidas e vividas, o psicólogo deve permitir que a maneira de usá-las possa ser escolhida por cada um.

Assim, através do tipo de relação que se estabelece com o psicólogo, a mãe vai reformulando e revendo aspectos do modelo que teve na infância, criando novos pontos de referência para uma mudança futura. Ela deve conseguir encontrar aos poucos a sua própria maneira de atuar, caso contrário deixará de ser cópia da mãe, passando a ser cópia do psicólogo.

Importante no trabalho de orientação de mães é que o psicólogo caminhe no sentido de crescer junto com a mãe-cliente na relação, e não procurar fazer com que esta passe de uma posição considerada inferior até a dele. Tal atitude ainda que implícita, só servirá para aumentar a sensação de que a mãe é realmente impossibilitada de atuar por falta de condições.

No caso da mãe de J. (citado neste mesmo capítulo) depois de um ano de atendimento de uma vez por semana, ela procurou conversar a respeito da possibilidade de diminuição do número de sessões, porque gostaria de verificar até que ponto conseguiria conduzir, sem auxílio do atendimento, a sua relação com o filho em termos mais estáveis. O assunto foi debatido durante algumas sessões. Pôde verificar que já se sentia em condições de assumir o comportamento que desejava e, em grande parte, porque já havia conseguido separar quais as suas fantasias e expectativas com relação a J., daquilo que ele realmente podia apresentar.

No início ela não se conscientizava de que, apesar do filho ter problemas reais, existia muito dela mesma misturado, impedindo uma distinção mais fácil do que era dela do que era do filho.

É fundamental que o psicólogo verifique quando a situação se apresenta como uma separação natural e esperada, e quando está em termos de, para provar a não dependência, interromper a relação o que está longe de ser um processo de independentização mais amadurecido.

Outro aspecto a ser trabalhado num atendimento às mães é o de que, geralmente, elas não conseguem no início ver o que é seu (expectativas, vivências, fantasias) e o que é do filho. Apesar de à primeira vista se mostrarem como dois seres bem distintos não conseguem separar o que faz parte de cada uma e o que pertence ao filho, daí a dificuldade de poderem assumir com mais espontaneidade atitudes com relação a ele. Assim sendo, como pode-se esperar que o filho consiga fazer esta separação, se ele mesmo vê projetado em si uma série de sentimentos que se confundem com os seus?

A mãe de R. sempre foi muito dominadora, exigente e controladora na sua relação com o filho. Havia eleito que R. deveria ter amigos, ser bom aluno e praticar nataçãõ, como características essenciais para que ele fosse feliz e preparado para uma vida futura. Esquecia-se, no entanto, que a maneira como atuava fazia de R. tudo menos uma criança feliz. Ele tinha uma dificuldade motora que o atrapalhava na escola há anos (e apesar da mãe saber, custou a aceitar o tratamento; amigos era o que menos conseguia, pois se sentia incapaz de soltar emoção tal o seu controle e repressão de afetos; quanto à nataçãõ nem se fala, pois pode-se imaginar que tão decantadas foram as vantagens de tal esporte e, por todo o seu handicap motor e emocional, R. mal podia ouvir falar a respeito. A hora do estudo de R. desenvolvia-se com a mãe num tal clima dramático, do qual tanto um quanto outro saíam esgotados da batalha travada. A mãe porque não aceitava ver que R. tinha sérias dificuldades e entre elas um grande blo-

queio da atenção diante de tal situação. Para ela estas dificuldades significavam ter um filho oligofrênico, o que a deixava profundamente desesperada. Para ele era o perceber o que sua mãe pensava a seu respeito (algumas vezes era dito verbalmente) e não conseguir mudar o rótulo, tal era o bloqueio que sobrevinha nessa situação. Ultimamente ela resolveu voltar a estudar e fazer faculdade. Contava em seus atendimentos que o pânico por não conseguir entender algum texto, ou porque achava que as colegas a estavam observando e, possivelmente (segundo ela), criticando-a, era imenso. Entrava em grande ansiedade na aula a ponto de não conseguir entender o que era dito. Cada vez que um trabalho lhe era pedido, ela sofria tanto chegando mesmo a se sentir esgotada, sendo que houve ocasiões em que não chegou a apresentar a pesquisa solicitada. Várias vezes esta mãe comentava que ela não gostaria que R. quando crescesse sofresse tanto para estudar, mas achava que isto é que iria acontecer. Achava que ele deveria acreditar um pouco mais em si; que não sabia se ele tinha atraso intelectual ou se era ela quem assim pensava (apesar dos resultados de testes de QI de R. mostrarem ser ele um menino inteligente); que o filho se sentia inferiorizado porque não praticava natação, embora na opinião dela R. não o demonstrasse. Sabia que o filho na hora do estudo percebia a irritação da mãe, e por isto, procurava mais o pai. Justamente por esta razão ela se criticava e sentia que sua ajuda ao filho era muito restrita e que o pai, apesar de todas as atribuições que já tinha, é quem assumia mais esta.

Independente se R. ou o pai achavam tudo isto, já se pode verificar que a própria mãe não sabia até onde ia a sua fantasia e até onde ia o que o filho e o marido pensavam realmente, sobretudo porque ela não conversava com eles a este respeito. Simplesmente achava que era assim e sofria por isto. De que forma com esta mistura de sentimentos poderia esta mãe ajudar o filho? A desvalorização da capacidade do filho começava com a pró

pria desvalorização dela mesma. Se R. achava que o pai o ajudava mais, por outro lado ela competia bastante com o marido no sentido de ver quem receberia as glórias por ter ajudado o menino. Ilustrando o que se vem dizendo a respeito da importância da distinção dos sentimentos da mãe e do filho, à medida que ela pôde ir se parando o que era seu, pôde ter uma reação frente ao filho muito mais agradável para ambos, além do que a aceitação aos seus próprios limites e aos do filho, auxiliaram-na a permitir que ele tivesse mais liberdade para assumir responsabilidades ao seu alcance. Isto não acontecia anteriormente, quando cada trabalho escolar teria que ser mandado e supervisionado, ou por ela ou pelo marido. Além disto esta mãe pôde começar a ouvir mais, tanto o marido quanto os filhos. Ficou surpresa de ver como eles se mostravam mais felizes, e ela mais próxima deles, pelo simples fato de poder ouvi-los.

Outro caso é o de L., uma menina muito independente e que fazia questão de andar sozinha pela rua bem como de executar suas tarefas. Moravam em uma capital no sul do país e L. era amiguíssima da avó materna e vice-versa. Por motivos de trabalho do pai mudaram-se para o Rio (mudança que absolutamente não foi bem aceita pela família) e a adaptação foi muito difícil. Seis meses depois, a mãe que sempre foi muito ligada a avó de L. rompeu relações com esta por desentendimento relacionada à venda de uma casa herdada. As relações entre L. e a avó não continuaram como antes, até que não mais se falaram (não que tenha sido proibido, mas por que a própria menina não queria). Meses após este fato L. passou a ter dificuldades com a professora no colégio e uma insônia, que aliás não tinha tanta característica de falta de sono, mas muito mais de uma resistência grande a dormir, em termos de não perder o controle da situação. Sentia muito sono, mas não conseguia ficar deitada. A mãe de L. nesta época além de profundamente preocupada, mostrava-se também irritada com o fato. Esta mãe, quando se referia a sua própria mãe, dizia que ela fora sua amiga e nun-

ca sua figura materna; que sempre procurara ter uma compreensão dos problemas de F. (mãe de L.) e vice-versa. Era, segundo ela, uma ligação muito intensa. Entretanto, F. sempre invejou a mãe de uma amiga sua por aquela se mostrar mais controladora e preocupada, ou seja o oposto da sua. Uma das características de F. era não colocar limites em L., que percebia isto e, realmente, quando queria algo, por mais impossível que fosse, acabava conseguindo. Sem dúvidas F. oscilava entre ser uma mãe ou uma amiga, só que em sua fantasia considerava agressiva a colocação de limites. Além disso, uma vez uma amiga dissera a F. que esta gostava mais do filho do que de L., o que a deixou profundamente preocupada e negando, em nível consciente, que isto sequer tivesse fundamento. Em resumo, F. não conseguia ser mãe de L. e também não estava se sentindo tão amiga assim da filha.

Tão logo a menina entrou em psicoterapia, o sintoma do sono desapareceu, mas L. começou a fazer um jogo no sentido de sair do tratamento. Tanto a mãe, como o pai e o próprio neurologista que a atendia, se viram envolvidos no jogo. Foi mostrado como era difícil para esta mãe tomar decisões a respeito da filha. Além disso ficou evidenciado como o modelo de mãe que F. teve a deixava confusa e temerosa no momento de atuar. Se fosse "amiga" achava que não poderia explicar para a filha que era importante sua continuação no tratamento, pois acreditava que desta forma estaria sendo agressiva e do tipo de mãe que sempre quisera ter, mas não conseguia ser. Continuava ainda muito ligada ao modelo de figura materna que tivera. Só quando F. aos poucos pôde ir encontrando e, sobretudo, aceitando que poderia ter a sua própria maneira de atuar com a filha, é que conseguiu decidir que L. continuaria em psicoterapia. Depois disto L. não demonstrou mais resistência em alto nível para vir ao tratamento.

Quase nove meses depois de terapia L. esboçou a volta do sintoma de não dormir e a mãe tornou a experimentar o mesmo

pânico. Procurou-se fazer com que a mãe visse dentro de si qual a razão do medo tão grande relacionado à perda de sono, ao que respondeu não entender e que talvez fosse por receio de que a crise voltasse. Mesmo assim F. pode ir vendo aos poucos que ela também já havia tido umas "crises", principalmente depois que seu segundo filho nasceu (gravidez não desejada) e que a deixava num estado de insegurança e medo muito grande, a ponto de não permitir que a deixassem sozinha. Um dia o marido, que tirara férias para fazer companhia a ela, mostrou que ele precisava retornar ao trabalho e aos poucos F. foi se sentindo menos tensa e mais segura.

Novamente evidenciando a não separação de sentimentos, foi visto então que o seu receio com relação à perda de sono da filha estava relacionado com a perda de controle que ela descrevia, e que por isso ela não podia ajudar à menina a superar a dificuldade, porque se sentia em igualdade de condição, não conseguindo ver-se como separada a filha a ponto de que, quando uma entrava em crise a outra temia que entrasse também. Identificavam-se tanto a ponto de que as duas se sentiam vulneráveis e desprotegidas. Foi visto ainda que do momento em que ela começou a separar um pouco os sentimentos de uma e de outra e, do momento que pode assumir mais o papel de mãe de L. a menina sentiu-se mais protegida e não teve mais dificuldades para dormir. Curiosamente quando o sintoma parecia voltar a mãe reagiu com firmeza, dizendo que não havia motivo para que ela não dormisse e que procurasse conciliar o sono o mais rápido possível. L. dormiu profundamente logo após a reação da mãe. Muito da irritação de F. diminuiu quando esta verificou que o que a irritava na filha muitas vezes eram aspectos que não aceitava em si mesma, e que a deixava em estado de irritação quando via suas características, por ela reprovadas, tão claramente expressas na filha.

A relação de F. com a mãe era um tanto idealizada em termos de "duas amigas" que sem dúvida correspondia a uma negação de aspectos como punição, ódio e irritação, que também fazem parte de uma relação entre mãe e filha. No entanto, esta mesma relação idealizada foi interrompida de modo brusco e um tanto irremediável, deixando como legado uma série de sentimentos mal elaborados. Apesar de F. dizer que não sente tanto assim a separação entre ela e a mãe, apesar de negar que fique um tanto apreensiva quando a vê, constantemente observa que a filha sente muito a falta da avô e que por isto sofre bastante. Surpreende-se com o facto de que apesar de já ter dito a L. que pode ir visitar a avô, a menina não vai. Embora a menina esteja sentindo a falta da avô é como se a mãe visse com maior facilidade os seus próprios sentimentos projetados na filha, por ser mais fácil do que ver em si mesma. Se esta mãe não estivesse sentindo profundamente o "corte do cordão umbelical" (como ela mesma se refere ao desentendimento com a mãe) não temeria tanto o crescimento de J., que é vivido como um afastamento e separação nos mesmos moldes da dela. Aliás F. fala que a medida que L. crescia aumentava nela a sensação de que iriam acabar separadas.

Verifica-se que quanto mais difícil foi para a mãe separar o que era seu e o que era de sua mãe na infância, mais difícil também será perceber que seu filho tem aspectos e sentimentos diferentes e separados dos seus.

Como pode ser observado o processo de separação é lento e gradual e tem sempre a ver com as duas partes envolvidas, ou seja aqui no caso, a mãe e o filho. Assim não é só o filho que se separa da mãe, mas esta é que dá oportunidade para que ele cresça.

Conhecidos são os casos em que a mãe tem plena certeza de que o filho não entrará na escola pela primeira vez. Às ve-

zes, a criança entra tranquilamente e a mãe fica com os olhos cheios de lágrimas diante de tal situação. Outros casos mostram o contrário, ou seja, a mãe tem receio de que não entre e, embora não dito verbalmente, a criança percebe e quase que para não magoar a mãe resolve corresponder à expectativa, não entrando no colégio.

Além desses existem aqueles em que a mãe, de uma forma ou de outra, percebe que o filho está melhorando, conseguindo separar melhor seus sentimentos dos dela e, isto como já foi visto, é vivido como muito doloroso. A mãe interrompe então o tratamento, porque é a maneira que ela encontra de manter a ligação, por mais desagradável que ela possa ser. O aceitar tal separação implica num crescimento emocional da própria mãe.

Num trabalho de orientação, conforme já visto, quanto mais vai sendo dito antes que a pessoa esteja preparada para ouvir e receber, está sendo criada oportunidade para que intelectualizações substituam sentimentos. De muito pouco iria adiantar dizer a uma mãe que, apesar de suas queixas, ela quer que o filho continue dependente dela e do seu controle. De pouco iria ajudar, em determinado momento, dizer que ela se sente rejeitada pelo filho quando este se afasta. O que iria realmente auxiliá-la é que ela pudesse verificar em seus sentimentos porque precisa que o filho esteja junto dela e, porque se sente tão triste quando isto não acontece. Ninguém melhor do que ela tem esta resposta, só que raramente pensou nela.

A função do psicólogo, entre outras, é a de permitir que a mãe encontre suas próprias soluções com as referências que vai mostrando.

Quando se trata sobre pontos de referência a serem da-

dos a mãe, para uma possível reformulação do modelo materno que traz da infância, é no sentido de que ela possa vivenciar uma situação diferente da que está acostumada. É o permitir que através da aceitação por parte do psicólogo dos sentimentos dela, deixe de temê-los, enfrentando-os mais livremente, sem críticas, podendo aos poucos ir escolhendo qual o modo de atuação que gostaria de adotar. Se a mãe se sente aceita, não criticada, vai se percebendo como mais valorizada, e, portanto, vai podendo ver como é mais fácil ela aceitar melhor o filho. Ao passo que se, mesmo sutilmente, ela percebe que o psicólogo a critica ou a condena, o mesmo ela fará com seu filho, pois é isto que está vendo e sentindo na relação estabelecida com aquele que a atende. Não se quer dizer com isto que o profissional tenha que ser passivo e permissivo demais, pois desta forma o tipo de relação que está sendo oferecido a mãe, por ser falso, em nada irá auxiliá-la.

Ilustrando o que acima foi dito, um dos aspectos fundamentais no trabalho de orientação de F. (mãe de L.), e que possibilitou o primeiro passo no sentido de assumir mais integralmente o papel materno, foi quando aquele que a atendia não ficou ameaçado quando ela procurou fazer o mesmo jogo que a filha vinha fazendo em termos de deixar o tratamento. Quando a responsabilidade de mantê-la na psicoterapia foi deixada inteiramente em sua mão, uma vez que o pai e a menina se mostravam um tanto aliados no propósito de terminar o tratamento, F. sentiu que não poderia mais omitir-se, como vinha tentando fazer por não saber qual o papel de mãe que deveria assumir, se o de "amiga" ou o de mãe.

C O N C L U S Õ E S

Partiu-se da evidente importância da figura materna no desenvolvimento emocional da criança, com quem o relacionamento é tão fundamental não só para a sobrevivência física, cuidados, higiene, bem como para gratificação de necessidades e fonte de contacto seguro com o mundo externo.

No início da vida essa relação é sumamente necessária, pois é na mãe que o bebê colocará suas projeções, é através dela que introjetará uma série de experiências, experimentará sensações agradáveis e desagradáveis. Este contato vai permitindo inclusive que, aos poucos, a criança vá percebendo que nem tudo corre exatamente como ela deseja e imagina, ou seja, é a mãe quem ajudá-la a conhecer o mundo.

Assim, a relação mãe e filho é básica até para o estabelecimento de uma das capacidades mais reveladoras de maturidade emocional, qual seja a de ficar sozinho.

A criança que não pôde desfrutar de uma relação de profundo entrosamento, com troca de experiências relevantes e afetos, não desenvolverá a capacidade de bastar-se a si mesma durante alguns momentos, sem precisar recorrer constantemente ao apoio da mãe, além de, quando atingir a idade adulta, ficará profundamente dependente da aprovação dos outros que a cercam.

Se a relação mãe e filho é tão importante no desenvolvimento emocional da criança, sem dúvida aspectos de separação nes-

ta relação nem sempre serão bem elaborados e aceitos pelos componentes do par.

A ansiedade de separação, segundo posição de Bowlby, foi analisada como sendo uma ansiedade primária suscitada pela ausência do objeto de amor. Foram ainda abondadas consequências graves, inclusive de não sobrevivência diante de separação mais prolongada da mãe, agravada pela impossibilidade de substituição adequada da figura materna por outra que atendesse às especificações necessárias.

Estudou-se ainda, segundo opinião de Mahler, as fases pelas quais a criança passa desde uma total dependência até a de adquirir padrões de comportamentos, atitudes e sentimentos mais independentes, ou seja, a capacidade desenvolvida de tornar-se e ser um indivíduo. Para isto, entretanto, é preciso que a criança vá se contentando em deixar uma série de padrões conhecidos para abraçar outros estranhos à sua bagagem de experiência e, o que é mais importante, sem a solicitação tão constante, como antes, da atuação de sua mãe.

Esta independência ao mesmo tempo que desejada é temida, e com frequência vivida como uma separação definitiva e irremediável.

Assim como na fase em que a criança começa a andar e inicia sua separação física, como quando entra para o colégio, sai para brincar com os amigos ou mesmo, já na adolescência, começa a abandonar os hábitos infantis para adotar outros que não tem certeza se funcionam tanto, existe um desejo de que a liberdade e a independência possa ser desfrutada, bem como um receio de que até que ponto estas novas aquisições irão ser fruto de satisfação e de escolha acertada.

O que pode ser verificado é que este aspecto de separação faz parte integrante da vida. Só se consegue atingir um grau mais elevado se o anterior fôr deixado; a criança só consegue o prazer de andar e explorar mais no mundo aquilo que deseja, se deixar o colo de sua mãe.

Neste processo de separação, de superação de determinados estágios para a aquisição de outros, também a mãe é figura de enorme valor, tanto quanto no de relação, cuidado, higiene e alimentação nos primeiros anos. O seu filho só conseguirá alcançar novos padrões se ela criar, não só externa como internamente, a oportunidade para tal. Ele só conquistará a individualidade se fôr desejo dela também que isto seja atingido.

Intelectualmente parece fácil, mas emocionalmente o processo é vivido com freqüência como muito doloroso, não só por parte do filho como da mãe. Justamente por ser a separação vivida como difícil, o processo é precipitado por algumas mães, por não aguentarem o fato de que seu filho está crescendo e, em sua fantasia ela está ficando sozinha. Outras vezes, conforme foi visto no Capítulo 2, a dependência é mantida o maior tempo possível para que a dor da separação seja adiada.

Nesta mesma linha de raciocínio verifica-se como para a mãe, muitas vezes, foi difícil e, não raro, até hoje não conseguiu, a separação de sua própria mãe.

É comum encontrarmos na orientação de mães, aquelas que porque tiveram uma mãe de tal ou qual tipo que eram de seu desagrado, resolvem assumir papéis com atitudes extremamente opostas às de sua figura materna. Verifica-se que tal comportamento está longe de corresponder a uma independência materna que teve e que,

pelo contrário, corresponde a laços tão estreitos com a mãe e que não foram suficientemente elaborados.

A esta imagem materna que de uma maneira ou de outra influencia a atuação da mãe junto ao filho, denominou-se modelo de mãe.

Conforme experiência com este trabalho de orientação, nota-se que influência de tal modelo é maior do que se pensa. A imagem da mãe não deixa de atuar porque a filha cresceu e teve um filho. É uma imagem que continua dentro dela e muitas vezes envolvendo sentimentos bastante contraditórios. E a mãe sente-se perdida porque apesar de não concordar, não conseguiu se separar da sua figura materna, só podendo atuar da mesma maneira, porque este foi o modelo que teve.

Um dos aspectos que a orientação de mães visa é exatamente o de propiciar, através da relação com o psicólogo, pontos de referência para uma reformulação de modelo de relação.

Acredita-se pois que, através de vivências (dentro da orientação) de maior aceitação inicial de si mesma, maior aproximação dos seus sentimentos recusados e negados relacionados a sua figura materna e ao seu filho, a mãe passe a viver numa relação sem críticas, sem desvalorizações, uma gama de satisfações consigo mesma e, portanto, diante destas experiências poderá estabelecer o mesmo clima para o filho. Em outras palavras, ela ajudada pelo psicólogo passará a crescer numa relação onde os sentimentos poderão ser melhor vistos e, por isto mesmo reformulados.

Outro aspecto importante destacado na orientação de mães é que se possa separar o que a ela pertence em termos de sentimen -

tos e expectativas e o que é do filho. Desta forma possibilita-se uma maior espontaneidade na relação mãe e filho, além do que este filho conviverá com suas próprias características como separadas e diferentes das dela.

Como pode ser observado o processo de separação é lento e gradual e tem sempre a ver com as duas partes envolvidas, ou seja, no caso mãe e filho. Assim, não é só o filho que se separa da mãe, mas esta é que dá oportunidade para que ele cresça.

Importante ressaltar que nessa relação com o psicólogo, a mãe-cliente não seja colocada na posição de inferioridade frente a ele, mas sim como uma pessoa que tem as respostas e que, pelo fato de estar muito envolvida na situação com o filho não pode achá-las.

A função do psicólogo é, pois, fornecer à mãe, através de uma nova relação, pontos de referência para que ela possa atuar em função de suas próprias qualidades e capacidades, não sendo nem cópia da própria mãe e nem do psicólogo. A mãe-cliente será facultado usar tais pontos à sua maneira, uma vez que é desejado que ela se torne mais livre, mais autêntica, em resumo, mais ela mesma.

Assim, o mesmo que é esperado da mãe em termos de permitir ao filho um crescer, um independentizar-se e um gradual separar-se, é esperado na relação mãe-cliente com o psicólogo.

É saber que esta é uma relação que se intensifica mais livremente, à medida em que se aceita que a mãe está caminhando para encontrar sua própria maneira de atuar e sua independência com relação ao psicólogo, e o filho, caminhando para tornar-se indivíduo no futuro.

=====

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

=====

1. D. W. Winnicott, Conozca a sua Niño - *Psicología de las primeras relaciones entre el niño y su familia* (Ediciones Hormé - Buenos Aires - 1949 año do original), Cap. XII, p. 86.
2. D. W. Winnicott, *Transitional Objects and Transitional Phenomena*, *Int. Psycho-Anal*, vol. 34, 89-97 (1953).
3. Melaine Klein, Desarollos en Psicoanálisis (Ediciones Hormé - Buenos Aires - ano da edição original [1936]).
4. *Ibidem*, p. 264.
5. René A. Spitz, El Primer Año de Vida del Niño, (Aguillar Ediciones - Madrid - Edição original - 1958 - Tradução 1972) p. 7.
6. *Ibidem*, p. 46.
7. *Ibidem*, p. 116.
8. D. W. Winnicott, *The Capacity to be Alone*, *Int. J. Psycho-Anal.*, parte V, p. 416 (1958).
9. John Bowlby, Los Cuidados Maternos y la Salud Mental (Editorial Humanitas - Buenos Aires - Ed. original - 1954 - Ed. traduzida - 1964) - p. 14.
10. John Bowlby, *Separation Anxiety*, *Int. J. Psycho-Anal*, vol. 41, parte 2-3, p. 92 (1960).
11. *Ibidem*, p. 94.
12. *Ibidem*, p. 95.

13. *Ibidem*, p. 101
14. *Ibidem*, p. 105
15. *Ibidem*, p. 107
16. Renē A. Spitz, *Anaclitic Depression, Psychoanalytic Study of Child*, vol. 2, p. 316 (1946)
17. *Op. cit.* 5, p. 112
18. Margaret S. Mahler, *On Human Sybiosis and the Vicissitudes of Individuation*, (The Hogarth Press and The Institute of Psycho-Analysis - London - 1969) p. 9
19. Margaret S. Mahler, *Autism and Symbiosis, Two Extreme Disturbance of Identity*, *Int. J. Psycho-Anal.*, vol. março a agosto, p. 77, (1958)
20. *Op. cit.* 18, p. 10
21. *Ibidem*, p. 10
22. *Ibidem*, p. 11
23. *Op. cit.* 19, p. 77
24. *Op. cit.* 18, p. 16
25. *Ibidem*, p. 221
26. *Ibidem*, p. 234
27. *Ibidem*, p. 23
28. *Ibidem*, p. 23
29. *Ibidem*, p. 148
30. *Ibidem*, p. 234
31. Melaine Klein, Ella F. Sharpe e outros, *Educação de Crianças à Luz da Investigação Psicanalítica* (Imago Editora - Rio de Janeiro - 1969) p. 15
32. Marie Langer, *Maternidad y Sexo*, (Editorial Paidós - Buenos Aires - Edição Original 1951 - Edição Atualizada - 1964) p. 65

33. Melitta Sperling, *Children's interpretation and reaction to the unconscious of their mother*, *Int. J. Psycho-Anal*, volume 31, p. 40 (1950).
23. *Op. cit.* 18, p. 41.

B I B L I O G R A F I A

- Bowlby, J. (1954), "Los Cuidados Maternos y la Salud Mental". Editorial Humanitas - Buenos Aires - 1964.
- Bowlby, J. (1960), "Separation Anxiety". Int. J. Psychoanal., Vol. 41, parte 2-3
- Freud, Anna, (1965), "Infância Normal e Patológica", Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971
- Freud, Sigmund (1905), "Una Teoria Sexual". Editorial Biblioteca Nueva, Madrid, vol. I, 1948
- Hellman, Ilse, (1954), "Some Observations on Mothers of Children with Intellectual Inhibitions. The Psychoanalytic Study of the Child. International Universities Press, Inc - New York, vol IX
- Jacobs, Lydia (1949), "Methods Used in the Education of Mothers" - Psychoanalytic Study of Child. International Universities Press, Inc - New York, vol III/IV
- Klein, Melaine (1936), "Desarrollos en Psychoanalises". Ediciones Hormé - Buenos Aires - sem ano

- Klein, Melanie e outros (1952), *Educação da Criança à Luz da Teoria Psicanalítica*. Imago Editora - Rio de Janeiro - 1969.
- Klein, Melanie e Riviere J. (1937), "Las Emociones Básicas del Hombre". Editorial Nova - Buenos Aires - sem ano.
- Langer, Marie (1951), "Maternidad y Sexo" - Editorial Paidós - Buenos Aires - Edição Atualizada 1964.
- Mahler, M. S. (1958), "Autism and Symbiosis, Two Extreme Disturbance of Identity". *Int. J. Psycho-Anal.* Vol março a agosto.
- Mahler, M. S. (1969), "On Human Symbiosis and The Vicissitudes of Individuation". The Hogarth Press and The Institute of Psycho-Analysis - London-.
- Segal, H. (1964), "Introdução à Obra de Melaine Klein" Editora Nacional - São Paulo - 1966.
- Sperling, Melita (1950), "Children's Interpretation and Reactions to The Unconscious of Their Mothers" *Int. J. Psycho-Anal.* vol. 31.
- Spitz, R. A. (1964), *Anaclitic Depression. Psychoanalytic Study of Child.* Internacional Universities Press, Inc. - New York - Vol. II.

- Spitz, R. A. (1958), "El Primer Año de Vida del Niño". Aguillar Ediciones - Madrid - 1972.
- Winnicott, D. W. (1947), "El Niño y el Mundo Externo" Ediciones Hormé - Buenos Aires - sem ano.
- Winnicott, D. W. (1949), "Conozca a Su Niño, Psicología de las Primeras Relaciones entre el Niño y su Familia". Ediciones Hormé - Buenos Aires - sem ano.
- Winnicott, D. W. (1953), "Transitional Objects and Transitional Phenomena". Int. J. Psychi-Anal. Vol. 34.
- Winnicott, D. W. (1958), "The Capacity to Be Alone" Int. J. Psycho-Anal., Parte V.
- Winnicott, D. W. (1958), "La Familia y el Desarrollo Del Individuo". Ediciones Hormé - Buenos Aires - 1967.

Tese apresentada aos Srs.

Maria Helena Noronha
Maria Helena N. Mira

Therézinha Lins de Albuquerque
Therézinha Lins de Albuquerque

Angela B. Podkameni
Angela B. Podkameni

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 13/09/1973.

Lelia D. Mediano

Coordenador dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa do Cen-
tro de Teologia e Ciências Humanas
